

RELATÓRIO ANUAL EM IFRS 2013

 **BANCOOB**



1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cenário Macroeconômico

O ano de 2013 foi um ano de dificuldades crescentes para a economia brasileira, que continuou exibindo uma combinação adversa envolvendo baixo crescimento e inflação elevada. No contexto global, há um gradual processo de recuperação nas nações avançadas, mais atingidas pela crise financeira de 2008, enquanto os países emergentes têm exibido desempenhos mistos.

Os principais analistas, ao longo dos últimos anos, foram gradativamente reduzindo suas expectativas em relação ao PIB potencial do país. Ainda sem a confirmação do resultado final de 2013, a projeção é de que o crescimento do PIB tenha sido de 2,2% no ano. Com isso, a média dos últimos três anos ficaria no nível de 2%, ilustrando os limites ao crescimento da economia brasileira.

O setor industrial novamente teve um ano pouco favorável, mesmo que melhor em relação a 2012, sendo o segmento de atividade mais afetado pela perda de competitividade dos últimos anos. Até o mês de novembro, a produção industrial acumulava alta de 1,4% em 2013, recuperando apenas uma parcela do recuo de 2,7% observado no ano anterior. Já a agropecuária teve um ano extremamente positivo, com perspectiva de expansão de 8,2% do PIB do setor no ano em relação a 2012, quando choques de oferta causaram recuo de 2,1%. Pela safra plantada no final de 2013, o Brasil poderá ser o maior produtor e exportador mundial de soja, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. A produção brasileira esperada de 88 milhões de toneladas de soja para 2014 deve superar a safra dos EUA, de 85,7 milhões de toneladas, que está em fase final e foi afetada pela seca. Já o segmento de serviços manteve um ritmo modesto, com crescimento esperado de apenas 2,0%, praticamente o mesmo verificado em 2012 (1,9%).

O crédito apresentou uma evolução mais contida em 2013, embora com uma divergência importante de comportamento entre as operações livres e as direcionadas. Com dados até novembro, o estoque do crédito livre mostrou crescimento anual de apenas 7,8%, ritmo mais baixo desde 2002. Por outro lado, o crédito direcionado acelerou ainda mais em 2013, com expansão de 24,5% na comparação anual de novembro, puxada por operações de empréstimos imobiliários (PF) e via BNDES (PJ). A inadimplência entre as pessoas físicas apresentou um recuo importante ao longo do ano, de 7,9% em janeiro para 6,7% em dezembro.

No que se refere à política monetária, o Copom colocou a taxa Selic na casa dos dois dígitos novamente, 10,5%, após encerrar 2012 em 7,25% ao ano, o que representará maior ortodoxia na política econômica de combate à inflação e criará condições para que, de fato, a inflação comece a cair. Espera-se, ainda, que o dólar mantenha sua valorização diante do real, favorecendo a volta dos superávits em conta corrente, com o consequente aumento das exportações brasileiras. Projeções apontam uma taxa Selic de 11,00% ao ano no final de 2014 e 11,75% ao ano no final de 2015.

Do ponto de vista inflacionário, o IPCA fechou 2013 com variação de 5,91%, pouco acima do observado em 2012 (5,84%). Porém, a abertura sugere uma deterioração adicional do comportamento da inflação, considerando a aceleração dos preços livres, que subiram 7,3%, ante 6,6% em 2012. Houve um claro represamento de preços administrados, com alta de apenas 1,5%, de 3,7% em 2012, embora parte desta distorção tenha sido minimizada em dezembro com o reajuste dos combustíveis. Ainda assim, a queda da tarifa de energia elétrica e o congelamento das tarifas de transportes públicos em importantes capitais tiveram

peso significativo para evitar o risco de estouro do teto da meta.

Para 2014, os empréstimos devem avançar puxados por crédito imobiliário e consignado (com desconto em folha). Neste contexto, a perspectiva para bancos brasileiros é estável em 2014, uma vez que o desempenho da economia local ainda fraco deve impactar nas margens e qualidade dos ativos, fato que exige um portfólio de produtos diversificados para rentabilidade, contudo com perspectivas positivas com o evento da Copa do Mundo.

Bancoob

O Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob ou Banco) vem atuando fortemente em seu papel de agregar fatores de competitividade às instituições financeiras cooperativas, fortalecendo-as e contribuindo, assim, para o desenvolvimento do cooperativismo financeiro nacional. O resultado desse trabalho, sempre alinhado aos movimentos e evoluções do setor, reflete-se nos seus principais indicadores, cujo crescimento percentual permanece acima da média do mercado.

Adentrando em um novo momento da estratégia de atuação voltada para as instituições integrantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), o Bancoob reforça seu papel de apoiar as cooperativas em seu desenvolvimento. Para que essas entidades possam atender com qualidade às demandas provenientes da diversificação do público e dos mercados de atuação, bem como adaptar-se às novidades do mercado financeiro, o Banco investe constantemente no aperfeiçoamento de seus produtos, serviços e processos.

O ano de 2013 foi marcado pelo lançamento do Cartão BNDES Sicoob, uma modalidade de financiamento de longo prazo, voltada para micro, pequenos e médios empresários associados ao Sicoob.

Além disso, encabeça o desenvolvimento e a disponibilização de soluções de negócios ajustadas às necessidades das cooperativas. Nesse âmbito, ganham destaque os projetos que estão sendo desenvolvidos para a criação de soluções sistêmicas nos segmentos de “crédito imobiliário” e “seguros”.

O Bancoob e a FD do Brasil Soluções de Pagamento Ltda – empresa pertencente ao grupo da First Data Corporation, líder global em soluções de processamento de pagamentos e comércio eletrônico – anunciaram, em janeiro 2014, uma parceria para atuação conjunta no mercado brasileiro de adquirência.

A parceria entre as instituições resulta na combinação de duas forças que se somam e se complementam: de um lado o Bancoob, com sua forte experiência no mercado local e acesso, por meio das cooperativas do Sicoob, a mais de 2,5 milhões de cooperados, sendo 300 mil pessoas jurídicas, e de outro lado a First Data e sua liderança global em serviços avançados de processamento de pagamentos, com presença em mais de 34 países. A aliança trará ao país serviços de pagamentos eletrônicos mais modernos e simples, disponíveis a todos os comerciantes e profissionais liberais do Brasil, participantes ou não do sistema cooperativo.

Performance

O Bancoob encerrou 2013 com ativos totais consolidados de R\$ 18,19 bilhões, aumento de 21,92% em relação ao ano anterior, destacando-se:

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Com montante de R\$ 4,89 bilhões em 2013, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição preponderantemente LFTs, o que equivale a 62,86% do total.

ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento”, no valor de R\$ 86 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS DE CLIENTES E DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A carteira de crédito totalizou R\$ 8,43 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 20,66% em relação a 2012. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios, Poupança Rural e os empréstimos de instituições financeiras.

As operações realizadas com recursos próprios apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 289,15 milhões, aumento de 13,05% em relação a 2012.

O segmento de cartões registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 5,21 bilhões no período, um crescimento de 53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

CAPTAÇÕES

Os depósitos, congregados com a carteira de operações compromissadas, alcançaram, em 2013, o valor de R\$ 15,40 bilhões, um aumento de 18,73% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o comprometimento do Bancoob em ser veículo de aplicação dos recursos oriundos das cooperativas do Sicoob. A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 1,94 bilhão, com crescimento de 31,22% em relação a 2012.

PROCESSAMENTO DE SERVIÇOS

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano 203.927.641 documentos, número este 10,02% superior ao do exercício anterior.

NOVOS CONVÊNIOS

Em 2013 vários novos convênios de arrecadação corporativos foram adicionados ao portfólio do Sicoob. Merece destaque a formalização do contrato com a SEFAZ SP, DETRAN PR, a autorização para arrecadação de tributos de diversas Prefeituras como a de São Paulo, Divinópolis (MG), Santo André (SP) e convênios diversos tais como RGE Energia Elétrica do RS, Energisa (SE), Saneamento ATS Tocantis, DAAEs no interior de São Paulo, CASAL (AL), entre outros.

Gerenciamento de riscos

RISCO OPERACIONAL

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, que foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

RISCOS DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento

to de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
- b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- c) limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtests dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) limite mínimo de liquidez;
- f) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
- h) planos de contingência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/2007, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

RISCO DE CRÉDITO

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de Capital

Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 alcançou o montante de R\$ 580,84 milhões, o que representa um crescimento de 25,27% em relação ao ano anterior.

O lucro líquido no exercício foi de R\$ 46,88 milhões, com retorno anualizado de 8,86% sobre o patrimônio líquido médio do ano.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela parceria no cumprimento dos objetivos sistêmicos; e aos colaboradores do Bancoob, pela dedicação e compromisso.

A Administração



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	2013	2012
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12	3.491.780	2.537.615
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL	13	463.436	329.018
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	14	4.887.923	4.682.049
Aplicações no mercado aberto		3.724.940	3.727.954
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.162.983	954.095
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	15	85.837	11
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		8.434.385	6.990.184
Empréstimos e recebíveis de clientes	16	6.773.158	5.172.099
Empréstimos e recebíveis de instituições financeiras	17	1.661.227	1.818.085
INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS EM CONJUNTO	19	7.225	6.065
ATIVOS TANGÍVEIS	20	105.868	107.499
ATIVOS INTANGÍVEIS	21	4.854	4.062
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	28	7.546	7.485
OUTROS ATIVOS	22 (a)	703.295	260.401
TOTAL DO ATIVO		18.192.149	14.924.389
PASSIVO	NOTA	2013	2012
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		16.865.086	14.102.464
Depósitos	23	13.653.445	10.930.551
Obrigações por operações compromissadas	24	1.744.292	2.032.638
Valores a pagar a instituições financeiras	25	1.446.800	1.102.003
Instrumentos híbridos de capital e dívida	26	20.549	37.272
PASSIVOS FISCAIS		45.290	58.751
Impostos correntes	28 (g)	25.192	38.482
Impostos diferidos	28 (d)	20.098	20.269
OUTROS PASSIVOS		648.883	250.427
Outras obrigações	22 (b)	640.575	241.455
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	27 (a)	8.308	8.972
TOTAL DO PASSIVO		17.559.259	14.411.642
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		632.890	512.747
Capital social	29 (a)	525.991	405.290
Reserva de capital	29 (c)	45	45
Reserva de lucros	29 (d)	55.115	58.310
Ajustes de avaliação patrimonial	29 (e)	30.124	30.356
Ações em tesouraria	29 (f)	(551)	-
Lucros acumulados		22.166	18.746
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.192.149	14.924.389

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas com juros e similares		1.289.735	1.091.580
Despesas com juros e similares		(1.048.725)	(891.193)
RECEITAS LÍQUIDAS COM JUROS	6	241.010	200.387
Receitas de tarifas e comissões	7	201.131	159.446
Resultado de equivalência patrimonial	19.2	1.150	1.312
Variações cambiais (líquidas)		(164)	(29)
Despesas com pessoal	10	(68.018)	(60.659)
Despesas tributárias	27 (e)	(67.073)	(20.206)
Outras despesas administrativas	11	(147.933)	(117.653)
Despesas de depreciação		(2.758)	(2.931)
Despesas de amortização		(371)	(307)
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)		(5.025)	(4.838)
Empréstimos e recebíveis	18	(4.994)	(4.838)
Outros instrumentos financeiros		(31)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	9	(77.242)	(63.154)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		74.707	91.368
Tributos Correntes	28 (g)	(25.205)	(36.567)
Tributos Diferidos		366	1.015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		49.868	55.816
Atribuível à controladora		49.868	55.816

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	49.868	55.816
Outros resultados abrangentes (itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado)		
Mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	340	(65)
Outros resultados abrangentes antes dos tributos	340	(65)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos/(perdas) não realizados	(136)	26
Outros resultados abrangentes líquidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Nota 8)	204	(39)
Resultado abrangente do exercício	50.072	55.777
Atribuível à controladora	50.072	55.777

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL À CONTROLADORA								
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	ACÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL DO PATRIM. LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS CONTROLADORES	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de janeiro de 2011	359.338	45	42.681	30.830	15.243	-	448.137	12.387	460.524
Lucro líquido do exercício					55.816		55.816		55.816
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda				(39)			(39)		(39)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(39)	55.816	-	55.777	-	55.777
Aumento de capital (Nota 29 (a))	119.011						119.011		119.011
Capital a integralizar	(73.059)						(73.059)		(73.059)
Dividendos propostos de exercícios anteriores			(34.758)				(34.758)		(34.758)
Realização de parcela da depreciação pelo custo atribuído do imóvel				(435)	726		291		291
Constituição de reservas - destinações do lucro			50.387		(50.387)				-
Dividendos propostos					(2.652)		(2.652)		(2.652)
Variação de participações de não controladores								(12.387)	(12.387)
Em 31 de dezembro de 2012	405.290	45	58.310	30.356	18.746	-	512.747	-	512.747
Lucro líquido do exercício					49.868		49.868		49.868
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda				204			204		204
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	204	49.868	-	50.072	-	50.072
Aumento de capital (Nota 29 (a))	120.701						120.701		120.701
Dividendos propostos (Nota 29 (e))			(47.735)				(47.735)		(47.735)
Realização de parcela da depreciação pelo custo atribuído do imóvel				(436)	436		-		-
Ações em tesouraria (Nota 29 (f))						(551)	(551)		(551)
Constituição de reservas - destinações do lucro (Nota 29 (d))			44.540		(44.540)		-		-
Dividendos propostos					(2.344)		(2.344)		(2.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	525.991	45	55.115	30.124	22.166	(551)	632.890	-	632.890

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	87.775	104.732
Ajustes ao lucro		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	74.707	91.368
Perdas nos valores recuperáveis de empréstimos e recebíveis	4.994	4.838
Despesas com instrumentos híbridos de capital e dívida	1.607	2.878
Participação nos lucros	4.006	3.390
Depreciações e amortizações	3.129	3.238
Resultado de participações em controladas	(1.150)	(1.312)
Juros pela venda do imobilizado	(2.488)	(2.884)
Variação nas receitas recebidas antecipadamente	11	(13)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.716	1.296
Outros ajustes	1.243	1.933
(Aumentos) líquidos nos ativos operacionais	(2.336.264)	(1.837.526)
Depósitos compulsórios no Banco Central	(134.418)	(40.304)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(203.722)	(160.382)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(85.826)	1.460
Empréstimos e recebíveis	(1.444.200)	(1.583.721)
Outros ativos	(442.893)	(18.012)
Imposto de renda e contribuição social (compensados)	(25.205)	(36.567)
Aumentos líquidos nos passivos operacionais	3.135.517	2.638.441
Depósitos	2.719.432	2.696.610
Obrigações por operações compromissadas	(288.346)	(149.094)
Valores a pagar de instituições financeiras	344.797	65.090
Outras obrigações e provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	359.634	26.004
Impostos correntes e diferidos	-	(169)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	887.028	905.647
2. Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos		
Participações societárias	(257)	(1.637)
Ativo tangível	(1.170)	(1.150)
Ativo intangível	(1.172)	(165)
Alienação		
Ativo tangível	43	434
Ativo intangível	141	1.079
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(2.415)	(1.439)
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social	120.701	45.952
Aquisições de ações de própria emissão	(551)	-
Dividendos distribuídos	(50.598)	(36.131)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	69.552	9.821
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	954.165	914.029
Modificação na posição financeira		
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa (Nota 12)		
No início do exercício	2.537.615	1.623.586
No final do exercício	3.491.780	2.537.615

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob (“Bancoob”, “Banco” ou “Instituição”), instituição financeira, sociedade anônima de capital fechado, nacional, com sede no SIG, Quadra 6, nº 2080 - Brasília - DF, constituído sob a forma de Banco Cooperativo, de acordo com a Resolução nº 2.193, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), de 31 de agosto de 1995, teve sua autorização de funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 21 de julho de 1997 e iniciou suas atividades em 1º de setembro de 1997.

A Instituição atua como banco comercial, cujo objetivo é prestar serviços de natureza financeira, técnica e operacional às cooperativas de crédito, nos termos da Lei nº 5.764 de 1971, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“Sicoob”).

Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis e aqueles realizados por meio das empresas controladas que compõem o conglomerado Bancoob.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto:

- (i) Terrenos e edificações, para os quais foi aplicado o custo atribuído na data de transição para os IFRS; e
- (ii) Instrumentos financeiros disponíveis para venda avaliados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer, de acordo com os IFRS, o uso de certas estimativas contábeis críticas e também

o exercício de julgamentos e premissas por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3(b).

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

a. Declaração de Conformidade

Em atendimento ao Comunicado do Banco Central do Brasil 14.259, de 10/03/2006, estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), traduzidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), entidade brasileira credenciada pela Fundação IFRS (IFRS Foundation), em cumprimento ao que determina a Resolução CMN 3.786, de 24/09/2009.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de março de 2014.

b. Estimativas e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração utilize estimativas. Para tanto, são efetuadas com base em premissas e fatores objetivos e subjetivos para a determinação dos valores apresentados, principalmente aqueles relativos às perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis (*impairment*) (Nota 18), às provisões para ações judiciais (Nota 27) e ao valor justo dos instrumentos financeiros, em função das metodologias internas utilizadas para precificá-los (Nota 30).

Tais valores afetam ativos e passivos da Instituição em períodos futuros, pois a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em

valores diferentes dos apresentados nas demonstrações financeiras, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As estimativas foram revisadas ou ajustadas para refletir a melhor estimativa na data do encerramento das demonstrações financeiras.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Bancoob foram utilizadas e vêm sendo aplicadas de forma consistente, conforme descrito a seguir:

4.1. Base para Consolidação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras das subsidiárias estão consolidadas com as do Bancoob. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação.

Entende-se por **grupo** uma controladora e todas as suas subsidiárias.

Uma **subsidiária** é entendida como uma entidade controlada por outra entidade.

O **controle** sobre uma entidade é exercido quando um investidor está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Contudo, um investidor controla uma investida, se e somente se, o investidor tiver todas as condições a seguir:

- a)** Poder sobre a investida;
- b)** Exposição a, direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- c)** A capacidade de utilizar seu poder sobre a investida afetando o valor de seus retornos como investidor.

Poder – direitos existentes que dão a um investidor a capacidade real de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as

atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As empresas controladas Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Ponta"), Bancoob DTVM e Bancoob FIDC Financeiros estão incluídas na consolidação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A data-base das demonstrações financeiras das empresas controladas utilizada na consolidação é a mesma da controladora.

i. Empreendimentos em conjunto (Joint Ventures)

O Bancoob mantém participação em *Joint Venture*, na qual os investidores, mediante acordo contratual, estabeleceram o controle conjunto sobre a empresa Cabal Brasil Ltda. ("Cabal"). Nas demonstrações financeiras consolidadas, o reconhecimento da participação do Bancoob nesta *joint venture* é efetuado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 19.2).

O **controle conjunto** é o compartilhamento contratualmente convencionado do controle de um negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os investidores).

4.2. Mudanças em políticas contábeis e divulgações decorrentes da adoção de novas normas e atualização de normas em vigor

O IASB emitiu novas normas e atualizações de normas em vigor, cuja aplicação é obrigatória para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, as quais foram avaliadas pela Instituição quanto aos impactos nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito a seguir:

Novas normas:

• **IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas** – Esta norma considera a determinação de controle como base para determinar quais entidades deverão ser consolidadas.

Os termos desta norma foram avaliados e não houve impactos ou mudanças para as demonstrações financeiras consolidadas do Bancoob.

• **IFRS 11 – Negócios em Conjunto** – Esta norma classifica "negócios" em dois tipos, segregando-os em **Operações em Conjunto (Joint Operations)** e **Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures)**. Operações em conjunto referem-se a negócios conjuntos em que as partes têm o direito sobre os ativos e os passivos relacionados ao negócio. Empreendimento em conjunto é um negócio em conjunto no qual as partes que possuem o controle do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos deste negócio.

A adoção desta norma não trouxe impactos para o Bancoob, uma vez que os termos do empreendimento em conjunto mantido com a Cabal encontram-se aderentes ao requerido pelo normativo, inclusive quanto ao reconhecimento do investimento, que é feito pelo método da equivalência patrimonial.

• **IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades** – Esta norma tem a finalidade de apresentar as exigências de divulgações para as participações de um controlador em subsidiárias, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas.

Os requisitos de divulgação decorrentes da adoção desta norma estão consubstanciados nas Notas 19 e 35 (b) e (c).

• **IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo** – Esta norma tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

Os aspectos quanto aos requisitos de divulgação desta norma estão contidos na Nota 30.

Atualizações de normas em vigor:

• **IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação** – A principal mudança refere-se à inclusão de requisitos sobre a compensação de ativos e passivos.

Foram avaliados os requisitos da referida norma e não houve impactos decorrentes da exigência da compensação de ativos e passivos.

• **IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras** – Esta norma tra-

ta de vários aspectos da apresentação das demonstrações financeiras. No entanto, para 2013, a principal mudança é o agrupamento de itens do resultado abrangente, que devem ser apresentados como reclassificáveis ou não reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

A demonstração do resultado abrangente contempla essa nova divulgação.

4.3. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das entidades que compõem o balanço consolidado do Bancoob. Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

4.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por disponibilidade em moeda nacional, reservas livres no Banco Central do Brasil, disponibilidades em moedas estrangeiras, operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos em até 90 dias. Esses instrumentos não apresentam mudança significativa nos seus valores justos em função de mudanças nas taxas de juros. São utilizados pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 12).

4.5. Operações Compromissadas

As operações de compra/venda realizadas com contratos de revenda/recompra são registradas nas demonstrações financeiras consolidadas como aplicações (captações) com base na natureza do saldo, se devedor ou credor. A depender do prazo, podem ser classificadas como caixa e equivalentes de caixa, ou ainda empréstimos e recebíveis de instituições financeiras. As captações estão classificadas como "Obrigações por operações compromissadas" no grupo de Passivos financeiros ao custo amortizado e são

mensuradas inicialmente ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado com a incorporação de juros e eventuais custos de transação.

A diferença entre o preço de compra/venda e o preço de revenda/recompra é reconhecida como receita ou despesa de juros com base na taxa efetiva de juros.

4.6. Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são consideradas nas demonstrações financeiras consolidadas do período a que se referem. As receitas e os custos associados às transações são reconhecidos quando puderem ser confiavelmente mensurados de acordo com a conclusão dos estágios de cada transação e ainda, quando for provável que os benefícios econômicos decorrentes destas operações fluirão para a Instituição de acordo com o IAS 18.

4.7. Instrumentos Financeiros

4.7.1. Definições

a. Instrumento financeiro

É qualquer contrato que der origem a um ativo financeiro para o Bancoob e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

b. Instrumento de patrimônio

É qualquer contrato que comprove uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos.

c. Derivativo

É o instrumento financeiro que muda o seu valor em resposta à mudança de algumas variáveis observáveis como, por exemplo, a mudança de uma taxa de juros especificada, preço de instrumento financeiro, preço de *commodity*, taxa de câmbio, índice de preços ou taxas, ou *rating* de crédito, e que não possua investimento inicial, ou que o investimento inicial seja muito baixo. E ainda que seja liquidado em uma data futura.

4.7.2. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados pelo Bancoob de acordo com a sua natureza e com a intenção do Banco em relação a esses instrumentos. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

a. Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados como ativos financeiros para negociação, ativos financeiros mantidos até o vencimento ou empréstimos e recebíveis. Estes ativos são demonstrados ao valor justo e as compras e vendas regulares nesta categoria são contabilizadas na data da negociação.

Os resultados decorrentes de alterações no valor justo destes ativos são reconhecidos, líquidos dos respectivos efeitos tributários, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no Patrimônio Líquido. Os ativos classificados nesta categoria referem-se àqueles decorrentes de aplicações em depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários (vinculados a operações compromissadas, vinculados ao Banco Central do Brasil e vinculados à prestação de garantias). São assim determinados levando-se em conta a intenção da Administração e pelo fato de não se enquadrarem em outra categoria prevista no parágrafo 9 do IAS 39.

b. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo. O Bancoob somente classifica instrumentos financeiros nesta categoria quando adquire o instrumento com esta intenção e tenha capacidade de manter até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo. Estas operações são contabilizadas na data de sua ocorrência e registradas inicialmente pelo valor justo.

c. Empréstimos e recebíveis de clientes

São ativos financeiros não derivativos

com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. O Bancoob somente classifica instrumentos financeiros nesta categoria quando não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo. Estes instrumentos são contabilizados na data da operação e mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Nesta categoria, além das operações de crédito estão incluídas as operações de financiamento de termo de ações em virtude de não atenderem aos requisitos para serem classificadas como derivativos, de acordo com o IAS 39 (Nota 16).

d. Empréstimos e recebíveis de instituições financeiras

Referem-se às operações compromissadas efetuadas com outras instituições financeiras (Nota 17). Estes instrumentos financeiros são contabilizados na data de ocorrência das operações e estão apresentados pelo valor principal, acrescido de encargos financeiros e juros. As receitas decorrentes dessas operações são registradas como receitas de juros de empréstimos a instituições financeiras.

e. Passivos financeiros ao custo amortizado e outros passivos

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando decorre de obrigação contratual de efetuar a sua liquidação por meio de entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro.

São compostos por depósitos, valores a pagar de instituições financeiras, obrigações por operações compromissadas e dívidas subordinadas de curto e longo prazo que são as fontes de captação do Bancoob para financiamento dos ativos. São inicialmente mensurados ao valor justo e acrescidos dos custos de transação quando de sua ocorrência, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Compõem-se ainda, de valores a pagar cuja obrigação represente o valor justo do passivo, como as obrigações tributárias, férias e valores a pagar a fornecedores.

f. Ativos financeiros ao valor justo

por meio do resultado

Nesta categoria são classificados ativos e passivos financeiros que atendam às seguintes condições exigidas pelo IAS 39:

f.1. Mantido para negociação

Seja classificado como mantido para negociação. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

(i) Por ocasião do reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo; ou

(ii) For um derivativo (exceto um derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo).

f.2. Designado no reconhecimento inicial

Por ocasião do reconhecimento inicial, seja designado pela entidade como ao valor justo por meio do resultado. Uma entidade pode usar essa designação apenas quando permitido pelo parágrafo 11A do IAS 39 ou quando isso resultar em informações mais relevantes seja porque:

(i) Elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (algumas vezes denominada como “descasamento contábil”) que ocorreriam em virtude da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases diferentes; ou

(ii) Um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos é administrado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento e informações sobre o grupo são fornecidas internamente nessa base ao pessoal-chave da administração da entidade.

f.3. Derivativo

Seja um derivativo, desde que atenda todas as seguintes características:

(i) Seu valor muda em resposta à mudança em uma taxa de juros especificada, preço de instrumento financeiro, preço de *commodity*, taxa de câmbio, índice de preços ou taxas, classificação ou índice de crédito ou outra variável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica a uma parte do contrato (algumas vezes denominada “item subjacente”);

(ii) Não exige investimento líquido inicial ou um investimento líquido inicial que seja menor que aquele que seria necessário para outros tipos de contratos os quais se espera que tenham uma resposta similar às mudanças nos fatores de mercado; e

(iii) Seja liquidado em uma data futura.

E ainda os seguintes instrumentos financeiros:

f.4. Derivativos de hedge

Estes instrumentos podem ser reconhecidos como ativos ou passivos nas demonstrações financeiras consolidadas. De acordo com o IAS 39, devem necessariamente ser mensurados ao valor justo. Quaisquer mudanças nos valores justos desses instrumentos devem ser reconhecidas no resultado do período ou no patrimônio líquido, a depender da classificação do hedge. No entanto, o Bancoob não possui derivativos de hedge registrados nas demonstrações financeiras consolidadas.

f.5. Derivativos embutidos

Estes instrumentos se caracterizam por possuir um componente que é um derivativo e outro não derivativo. Por esta razão, o IAS 39 o denomina como instrumentos híbridos (combinados). Sendo assim, parte deste instrumento varia em decorrência de determinada taxa de juros, preço de instrumento financeiro, preço de *commodity*, taxa de câmbio, índice de preços ou taxas, classificação ou índice de crédito ou outra variável. A referida norma determina critérios para contabilização destes tipos de contratos. O Bancoob não possui nenhum contrato com derivativos embutidos que devesse estar registrado nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração, em seu julgamento, não classificou nenhum instrumento financeiro na categoria “mantido para negociação” com mensuração ao valor justo por meio do resultado.

O Bancoob não utiliza a opção de valor justo (*Fair Value Option*) para nenhum dos instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras consolidadas.

4.8. Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) de Ativos Financeiros

O Bancoob avalia ao final de cada período de relatório consolidado, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Sendo assim, os prejuízos decorrentes de perdas no valor recuperável dos ativos são incorridos somente se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que o evento de perda tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Sendo assim, para cada categoria de ativos financeiros são avaliados:

a. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Para fins de análise das evidências objetivas de *impairment* dos empréstimos e recebíveis, o Bancoob segrega a carteira em função da significância dos créditos. Para aquelas operações consideradas significativas, a avaliação é feita de forma individualizada.

- Com pessoa física, cujo valor contratado seja igual ou superior a R\$ 1.000;
- Com pessoa jurídica, cujo valor contratado seja igual ou superior a R\$ 1.000; e
- Com instituições financeiras, cujo valor contratado corresponda a 5% do Patrimônio de Referência calculado do mês imediatamente anterior.

As operações que não se enquadrem nas características acima são classificadas em grupos de avaliação coletiva, considerando características de crédito similares.

Os critérios que o Bancoob utiliza para

determinar se há evidência de uma perda por *impairment* são revisados periodicamente pela Administração e incluem:

(i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) Quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos dos juros ou principal;

(iii) O Bancoob, por motivos econômicos ou legais, relacionados à dificuldade financeira do mutuário, dá a ele uma concessão que, de outro modo, não consideraria;

(iv) Ficar provável que o mutuário entrará em falência ou passará por outra reorganização financeira;

(v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

Adicionalmente, quando da avaliação do *impairment* dos ativos classificados como individualmente significativos, o Bancoob considera o atraso superior a 90 dias.

Inexistindo quaisquer das circunstâncias acima mencionadas, tais ativos passam a ser avaliados coletivamente.

Para os ativos avaliados coletivamente, a redução ao valor recuperável considera a aplicação de percentuais médios de perda histórica sobre o saldo de cada carteira.

Quando da existência de qualquer evidência objetiva de perda no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis, classificados como individualmente significativos ou não, as perdas são reconhecidas como despesa de perdas no valor recuperável no resultado. Se a perda reconhecida previamente for reduzida e este fato puder ser relacionado objetivamente a qualquer evento que tenha ocorrido após o reconhecimento, esta é revertida contra a respectiva conta de perda no valor recuperável, e tal reversão reconhecida em contra-

partida a uma conta de resultado.

Os empréstimos e recebíveis de clientes, considerados incobráveis independentemente do prazo de vigência, são baixados contra a respectiva conta de perdas no valor recuperável, decorridos 360 dias em atraso.

O parágrafo 20 do IAS 18 preceitua que: i) quando o valor da receita não puder ser mensurado confiavelmente e ii) não for provável que os benefícios econômicos fluirão para a entidade a receita não é reconhecida. Desta forma, o reconhecimento da receita para os empréstimos e recebíveis cessa a partir de 60 dias de atraso.

b. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando existe evidência objetiva de perdas para os ativos financeiros classificados pelo Bancoob como disponíveis para venda, a perda reconhecida é efetuada pela diferença entre o valor do ativo para o qual houve a desvalorização e o valor justo, (cotação em mercado ativo) na data da avaliação. Considera-se como evidência objetiva de perdas, o histórico de perdas por emissor dos ativos financeiros, e a não existência de acordo de compensação entre as instituições financeiras (Nota 37(a)). Eventuais perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

c. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Existindo evidência objetiva de *impairment* para os ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é reconhecida pelo Bancoob, pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Considera-se como evidência objetiva de perdas, o histórico de perdas por emissor dos ativos financeiros, e a não existência de acordo de compensação entre as instituições financeiras (Nota 37(a)). Eventuais perdas por redução ao valor recuperável desses ativos são reconhecidas no resultado do período a que se referem.

4.9. Empréstimos e recebíveis renegociados

Os empréstimos e recebíveis renegociados são considerados como novos empréstimos. A renegociação na maioria das vezes envolve o alongamento de

prazos e a aplicação de taxas distintas daquelas aplicadas originalmente aos contratos renegociados. Tais empréstimos, mesmo depois da renegociação, continuam a ser periodicamente avaliados para fins de constituição da perda no valor recuperável, podendo ser classificados como individualmente significativos ou compor o grupo de avaliação coletiva. O Bancoob não considera, necessariamente, a renegociação como uma evidência objetiva de perda, visto que muitas renegociações são efetuadas em decorrência de exigências normativas do Banco Central do Brasil.

4.10. Baixa de Ativos e de Passivos Financeiros

a. Ativos financeiros

A baixa dos ativos financeiros é efetuada pelo Bancoob considerando as seguintes circunstâncias:

(i) Os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa tiverem expirado;

(ii) Os riscos e benefícios decorrentes das operações forem transferidos pelo Banco para outra instituição;

(iii) O Banco transferir o controle sobre o ativo, mesmo que os riscos e benefícios associados às operações estejam parcialmente retidos.

Nos casos em que não ocorrer a transferência substancial de riscos e benefícios, o Bancoob mantém os direitos e as respectivas obrigações registrados em contas específicas no ativo e no correspondente passivo, na medida do envolvimento contínuo com essas operações, de modo que reflitam a essência econômica das transações (Nota 16.2).

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados pelo Bancoob quando da extinção da obrigação, seja pelo pagamento, prescrição ou cancelamento. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos diferentes, ou os termos do passivo existente são modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores

contábeis é reconhecida no resultado.

4.11. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis incluem os valores de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática, de segurança e comunicação (Nota 20).

Os ativos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução no valor recuperável. O custo do imobilizado inclui itens diretamente atribuíveis à aquisição de um bem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O cálculo da depreciação é efetuado pelo método linear com a utilização das taxas com base na vida útil estimada dos bens a que se referem. A depreciação é calculada a partir da disponibilidade do bem para uso. Os terrenos não são depreciados.

A vida útil dos bens e as taxas de imobilizado aplicadas no exercício corrente são as seguintes:

ITEM TANGÍVEL	TAXA AO ANO
Edificações	1,67%
Instalações	10%
Móveis e Equipamentos de Uso	10%
Sistemas de Comunicação e Segurança	10%
Sistemas de Processamento de dados (hardware) e Transporte	20%

O Bancoob avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas especializadas e independentes. Esta avaliação somente é efetuada se for identificada alguma evidência de alteração do bem.

Em caso de evidências ou indicação de

recuperação do valor de um ativo tangível, o Bancoob reconhece a reversão da perda por não recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o período da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não recuperação tivesse sido reconhecida. Para o Bancoob são consideradas como evidências objetivas de perda em itens tangíveis, a obsolescência, a ociosidade ou o desgaste excendente à expectativa de tais itens.

A baixa de bens do imobilizado ocorre quando benefícios econômicos futuros, decorrentes do uso, não forem mais esperados, ocasião em que são alienados. Eventuais ganhos ou perdas na alienação são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

4.12. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis representam ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelo Bancoob. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

O reconhecimento dos ativos intangíveis é efetuado separadamente do ágio quando é possível fazê-lo ou quando decorrem de direitos contratuais ou outros direitos legais e desde que o valor possa ser mensurado confiavelmente.

Os ativos intangíveis podem ter a vida útil definida ou não. Para aqueles ativos que possuem vida útil definida, o registro é efetuado pelo custo, deduzido das amortizações acumuladas.

Quando a vida útil do intangível for indefinida, o reconhecimento é feito pelo custo e deduzidas das perdas por redução no valor recuperável do componente.

a. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incor-

ridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos que se relacionam com a aquisição, a produção e o desenvolvimento de software são capitalizados e registrados no ativo intangível. Em atendimento ao IAS 38 - Ativos intangíveis, os gastos incorridos na fase de desenvolvimento de softwares são reconhecidos como custos. Gastos incorridos durante a fase de pesquisas são registrados diretamente no resultado como despesa.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O cálculo da amortização é efetuado numa base linear ao longo da vida útil estimada dos ativos intangíveis e ainda são avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida compreendem softwares adquiridos de terceiros. São, ainda, avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

ITEM DO INTANGÍVEL	VIDA ÚTIL	TAXA AO ANO
Sistema de Processamento de Dados - Softwares	5 anos	20%

b. Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar em uma combinação de negócios e o montante líquido do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da controlada adquirida.

O ágio gerado quando da aquisição de subsidiárias e *joint ventures* é reconhecido levando-se em conta a avaliação do valor justo para os ativos identificáveis e para os passivos assumidos na data-base da aquisição. Em atendimento ao IFRS 3 - Combinações de negócios, o ágio não é amortizado. Entretanto, deve-se testá-lo no mínimo anualmente para fins de identificar perdas no valor recuperável. Se no teste, for identificada alguma perda, esta é reconhecida no resultado do período a que se refere e não poderá

ser revertida. Depois do reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, reduzido das perdas por *impairment*, se houver.

O ágio somente é reconhecido quando a aquisição se der a título oneroso. Ele representa, portanto, um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente (Nota 21b).

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros (ágio)

Anualmente, ao final de cada período de relatório, o Bancoob avalia se há alguma evidência objetiva de perda no ágio reconhecido na aquisição de combinação de negócios. Nesta avaliação, são utilizadas fontes internas e externas de informação com a finalidade de confirmar se o ativo intangível apresenta problemas de recuperabilidade. Havendo esta evidência, o Banco calcula o valor recuperável do ativo.

De acordo com o parágrafo 10 do IAS 36, o Bancoob efetua o teste de *impairment*, independentemente de haver evidência objetiva de perda. Conforme requer a norma, este teste pode ser realizado em qualquer período do ano, desde que seja feito sempre na mesma época.

Depois do teste, caso o valor recuperável seja menor que o valor contábil, o valor contábil é reduzido e esta redução é lançada contra uma conta de despesa de perdas por *impairment* com ativos intangíveis no grupo de Outras despesas operacionais, no período em que ocorrer.

4.13. Compensação de Ativos e Passivos

A apresentação de ativos e passivos pelo valor líquido ocorre apenas quando há um direito legal de serem compensados numa base líquida. A menos que não haja a intenção de liquidá-los desta forma ou de realizar um ativo para liquidar um passivo, a apresentação é feita de forma separada.

4.14. Programa de Fidelização de Clientes

O Bancoob possui um programa de fidelização para alguns cartões de crédito e débito, em que os clientes são os beneficiários dos créditos. Este programa é denominado Sicoobcard Prêmios. Pela utilização dos cartões que possuem este programa, o cliente adquire pontos, que somados podem ser trocados por prêmios. O efetivo direito aos pontos depende do pagamento da fatura. Os valores decorrentes desta obrigação do Bancoob estão registrados na conta de Outros passivos.

De acordo com o IFRIC 13 - Programas de fidelidade do cliente, os valores correspondentes aos pontos são reconhecidos pelo valor justo e consideram a média histórica de resgate dos pontos.

4.15. Benefícios a Empregados

a. Planos de Benefício Pós-emprego

Plano de contribuição definida - é aquele em que o Bancoob efetua o pagamento de contribuições mensais por intermédio da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída com a finalidade de proporcionar aos seus participantes e dependentes, benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica (Nota 33).

Na modalidade de contribuição definida, os riscos dos investimentos são dos participantes. Desta forma, nenhum cálculo atuarial é exigido para a mensuração da obrigação ou despesa visto que o Bancoob não possui risco algum.

As despesas do Bancoob com o plano referem-se às contribuições como patrocinador e são registradas no resultado no período a que se referem, na conta despesas com pessoal.

4.16. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas em atendimento ao IAS 37 - Provisões, ativos e passivos contingentes tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido,

ou seja:

- (i) For mais que provável que as perdas com ações judiciais ocorram; e
- (ii) O valor de tais perdas puder ser confiavelmente mensurado.

Os passivos contingentes são monitorados e revisados periodicamente pela administração com vistas a obter as melhores informações disponíveis quanto aos eventos que os geraram e os possíveis desfechos de modo que o valor das perdas seja ajustado com base nas melhores estimativas para atendimento o IAS 37 (Nota 27).

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

• **Provisão** - é um passivo de prazo ou valor incertos. As provisões podem ser distinguidas de outros passivos, tais como contas a pagar a fornecedores e provisões derivadas de apropriações por competência, porque há incertezas sobre o tempo ou o valor dos desembolsos futuros exigidos na liquidação. Contas a pagar a fornecedores são passivos a pagar por mercadorias ou serviços fornecidos, faturados pelo ou formalmente acordados com o fornecedor.

• **Passivo Contingente** - é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade, ou for improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou o valor da obrigação não puder ser mensurado com suficiente segurança.

• **Provisão para Causas Judiciais** - são reconhecidas contabilmente, com base na opinião de assessores jurídicos, natu-

reza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

• **Obrigações legais** - são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

O Bancoob reconhece contabilmente uma provisão quando se avalia a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança. As situações em que o Bancoob avaliar que a chance de perda é classificada como possível serão apenas divulgadas em notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não serão provisionados nem divulgados.

4.17. Tributos Sobre a Renda

Os tributos sobre a renda compreendem aqueles correntes e diferidos, e são reconhecidos como despesa. O Imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e a Contribuição social (CSLL), no caso das instituições financeiras, possui uma alíquota de 15% conforme determinado pela autoridade fiscal (Nota 28).

Compreendem os impostos sobre o lucro, os impostos correntes e os diferidos, que são reconhecidos no resultado, à exceção de itens que devam ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos, à medida da realização de ganhos ou perdas, os valores registrados no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado do período.

• **Imposto de renda e contribuição social correntes** - são aqueles decorrentes dos impostos incidentes sobre o resultado tributável do exercício calculados de acordo com a legislação vigente na data das demonstrações financeiras

consolidadas.

• **Tributos diferidos** - são aqueles originados de diferenças temporárias apuradas sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e a base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. Devem ser reconhecidos apenas quando existir expectativa de realização destes créditos em função da geração de lucros ou receitas tributáveis futuros.

4.18. Distribuição de Dividendos

O Bancoob distribui dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, calculados pela aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido ajustado do período, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com previsão estatutária.

Os valores apurados decorrentes da obrigação prevista no estatuto são reconhecidos no passivo no período a que se referem.

Dividendos propostos acima do mínimo previsto são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido e são pagos apenas depois de autorizados pela assembleia (Nota 29(e)).

4.19. Participação nos Lucros e Resultados

O Bancoob reconhece como passivo nas demonstrações financeiras consolidadas, os valores correspondentes à participação dos funcionários e administradores nos lucros e resultados. Os cálculos são efetuados com base nas informações obtidas do acordo/convenção sindical emitido pelo Sindicato dos Bancários do Distrito Federal.

4.20. Capital Social

As ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social do Bancoob são classificadas no patrimônio líquido, são escriturais e não possuem valor nominal (Nota 29(a)).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE IFRS E BACEN GAAP E NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DAS NORMAS EM VIGOR

5.1. Principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN GAAP) e IFRS aplicáveis ao Bancoob

• **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Perdas no Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis)**

Pelas normas aplicáveis às instituições financeiras brasileiras, de acordo com a Resolução 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em conta o risco de realização dos créditos a partir da concessão, com base na avaliação da operação na qual é atribuído um *rating* que varia de AA a H. Cada *rating* corresponde a um percentual de provisionamento que pode variar de 0% a 100% do valor do saldo devedor. Na metodologia de provisionamento em BACEN GAAP considera-se o conceito de perda esperada, o que não é preconizado pelo IAS 39.

O IAS 39 requer que a entidade avalie a cada data-base se há evidência objetiva de que uma operação de crédito ou grupo de operações esteja em situação de perda no valor recuperável.

Uma operação ou grupo de operações apresentam redução no valor recuperável, quando da existência de um ou mais eventos observáveis ocorridos após o reconhecimento inicial, se estes eventos produzirem impacto nos fluxos de caixa futuros das operações e puderem ser estimados confiavelmente.

A perda para fins de IFRS é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa das operações, descontados à taxa efetiva

de juros original da operação. Os IFRS não consideram as perdas futuras de crédito, visto que ainda não ocorreram.

• **Classificação de Investimentos Registrados no Ativo Permanente**

Em BACEN GAAP, a classificação de ações de companhias abertas pode ser efetuada como investimentos no grupo Ativo permanente. Para os IFRS, estas ações são consideradas instrumentos financeiros, sendo assim, a classificação é diferente em BACEN GAAP e depende da intenção da Administração com relação àqueles instrumentos financeiros.

O Bancoob reclassificou as ações possuídas para a categoria "Ativos disponíveis para venda", cujos ajustes positivos ou negativos são registrados em conta de patrimônio líquido.

• **Taxa efetiva de juros**

Em BACEN GAAP, os instrumentos financeiros são registrados considerando a taxa contratual da operação. Eventuais receitas decorrentes de cobrança de tarifas ou o pagamento de comissões são geralmente lançadas diretamente no resultado e não representam impacto nos fluxos contratuais previstos para as operações.

Para fins de atendimento ao IFRS, uma entidade deve considerar no cálculo da taxa efetiva de juros, todas as receitas e os custos de transação diretamente atribuíveis às operações realizadas, que possam impactar os seus fluxos de caixa.

O Bancoob, para fins de atendimento ao IFRS, efetuou o cálculo da taxa efetiva de juros sobre a carteira de crédito consignado, de modo a refletir os impactos decorrentes dos custos de transação identificados.

5.2. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações das Normas em Vigor

Periodicamente, o IASB emite emendas aos IFRS, que representam melhorias às normas vigentes. Estas emendas podem constituir-se em alterações às normas atuais ou projetos que visam à substituição de determinadas normas

por outras emitidas.

O IASB, por sua vez, incentiva a adoção antecipada destas normas. Contudo, isso não é permitido, considerando dispositivo em vigor do Banco Central do Brasil. Sendo assim, o Bancoob não adotou antecipadamente nenhuma norma cujo prazo de vigência seja após a data destas demonstrações financeiras consolidadas.

A seguir, é apresentado um resumo de algumas emendas, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo IASB, vigentes em datas posteriores à emissão destas demonstrações financeiras consolidadas, cujos impactos ainda estão sendo avaliados pela Administração:

• **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração** - O IFRS 9 é a norma emitida pelo IASB que irá substituir o IAS 39, que é uma norma considerada de difícil compreensão, interpretação e aplicação pelos usuários das demonstrações financeiras. A mudança contempla os seguintes itens: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; e (iii) contabilização de hedge.

Um dos objetivos com a emissão do IFRS 9 é o de simplificar o modelo de mensuração para ativos financeiros com o estabelecimento de apenas duas categorias de mensuração: custo amortizado e valor justo. A classificação dos instrumentos financeiros em cada uma destas duas categorias irá depender do modelo de negócios da entidade e das características de cada instrumento.

Quanto às novas exigências, as que possuem efeito mais significativo referem-se à mensuração e classificação dos passivos financeiros. De acordo com o IFRS 9, as variações no valor justo de um passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado passam a ser contabilizadas. As variações no valor justo dos passivos que são decorrentes de mudanças no risco de crédito da própria entidade passam a ser reconhecidas em Outros resultados abrangentes.

As alterações promovidas que já constam no IAS 39, relativas à perda no va-

lor recuperável dos ativos financeiros e contabilização de hedge continuam a ser aplicadas. Já a aplicação dos requisitos do IFRS 9 é válida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

• **IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação** - O IAS 32 é a norma internacional que trata da apresentação dos instrumentos financeiros. Determinados aspectos da norma foram alterados de forma a contemplar aspectos relativos à compensação de ativos e passivos. A aplicação é válida para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

• **IFRIC 21 - Taxas** - A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

6. RECEITAS LÍQUIDAS COM JUROS

Receitas de Juros	EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos e recebíveis de clientes	454.509	431.836
Empréstimos e recebíveis de instituições financeiras	144.418	113.459
Aplicações interfinanceiras de liquidez	301.456	184.759
Aplicações em ativos financeiros disponíveis para venda	358.516	343.123
Depósitos Compulsórios no Banco Central	17.629	13.066
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.243	185
Cotas de fundos de investimento	6.964	5.152
Total	1.289.735	1.091.580

Despesas de Juros	EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos	865.722	678.904
Obrigações por operações compromissadas	142.354	167.167
Valores a pagar de instituições financeiras	37.935	42.068
Outras despesas de juros	2.714	3.054
Total	1.048.725	891.193

Receitas Líquidas com Juros	241.010	200.387
------------------------------------	----------------	----------------

7. RECEITAS LÍQUIDAS DE TARIFAS E COMISSÕES

Receitas de Tarifas e Comissões	EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	31.12.2013	31.12.2012
Convênio Sicoob ^(*)	22.347	20.570
Rendas de serviços bancários	23.803	19.765
Rendas de serviços prestados de fundos	1.618	1.067
Rendas de administração de fundos	3.379	2.685
Rendas de administração de consórcios	12.411	9.436
Rendas de serviços com cartão de crédito ^(**)	107.648	80.535
Rendas de recebimento de concessionárias ^(***)	23.522	20.119
Rendas de tarifas bancárias	87	81
Outras receitas diversas	6.316	5.188
Total	201.131	159.446

(*) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob relacionados ao processamento da COMPE, bloquitos de cobrança, microfilmagem de cheques, emissão de talonário, entre outras.

(**) Refere-se, entre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade etc. de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

(***) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

Despesas de Tarifas e Comissões ^(*)	EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	31.12.2013	31.12.2012
Prestação de serviços	72.829	55.426
Descontos concedidos	2.982	2.125
Outras despesas	3.156	5.203
Total	78.967	62.754
Receitas líquidas de Tarifas e Comissões	122.164	96.692

(*) As despesas de tarifas e comissões estão registradas dentro do grupo de despesas operacionais.

8. GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A seguir, estão apresentados os ganhos (perdas) líquidos dos ativos financeiros disponíveis para venda e registrados no Patrimônio líquido:

	EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	31.12.2013	31.12.2012
Títulos Públicos	185	19
Títulos Privados	19	(58)
Total	204	(39)

9. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

9.1. Outras Receitas Operacionais

	EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	31.12.2013	31.12.2012
Recuperação de encargos e despesas ^(*)	23.607	13.715
Atualização de crédito com INSS ^(**)	4.203	3.665
Reversão de provisões operacionais	1.745	-
Seguro Prestamista - Consórcio Ponta	1.756	1.522
Outras	2.647	1.637
Total	33.958	20.539

^(*) Refere-se preponderantemente à recuperação de encargos e despesas com cartões de crédito.

^(**) Refere-se à atualização pela taxa Selic de recursos próprios do Bancoob utilizados para pagamento de benefícios ainda não liquidados pelo INSS.

9.2. Outras Despesas Operacionais

	EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	31.12.2013	31.12.2012
Despesas com administração de cartões de crédito	(53.055)	(41.545)
Atualização de créditos do INSS ^(*)	(5.119)	(4.802)
Despesas com tarifas de arrecadação	(19.793)	(13.881)
Despesas com comissão ^(**)	(27.874)	(14.593)
Outras	(5.359)	(8.872)
Total	(111.200)	(83.693)
Outras receitas (despesas) operacionais	(77.242)	(63.154)

^(*) Refere-se à atualização de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

^(**) Referem-se substancialmente às despesas de Del Credere pago às cooperativas. Tais despesas não integram a taxa efetiva de juros, pois são calculadas sobre os valores efetivamente pagos das parcelas de financiamento.

10. DESPESAS COM PESSOAL

	EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Honorários pagos a diretores e conselheiros	6.231	5.549
Proventos ^(*)	33.523	30.219
Encargos sociais ^(**)	14.441	13.425
Benefícios ^(***)	8.247	7.120
Treinamentos	1.288	653
Remuneração a estagiários	282	303
Participação dos empregados nos lucros	4.006	3.390
Total	68.018	60.659

^(*) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

^(**) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.

^(***) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vale-refeição pago aos empregados e administradores.

11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Despesas de água, energia e gás	52	98
Despesas de comunicação	8.934	7.387
Despesas com manutenção e conservação	179	200
Despesas de material	3.538	2.837
Despesas de processamento de dados	56.852	45.049
Despesas com propaganda e publicidade	5.695	2.440
Despesas com serviços do sistema financeiro	22.616	18.948
Despesas de serviços de terceiros	32.143	25.112
Despesas de serviços técnicos especializados	9.598	8.420
Despesas com viagens	2.567	2.070
Outras despesas administrativas	5.759	5.092
Total	147.933	117.653

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão constituídos por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa		
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	3.767	17.119
Equivalentes de caixa		
Aplicações interfinanceiras de liquidez ^(*)	3.488.013	2.520.496
Total	3.491.780	2.537.615

^(*) Os equivalentes de caixa são aplicações que possuem vencimento de até 90 dias e são remunerados pelo IPCA, CDI, Selic e taxas prefixadas.

13. DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Sem remuneração	114.874	24.396
Com remuneração (*)	348.562	304.622
Total	463.436	329.018

(*) Depósitos remunerados com base na Taxa Referencial (TR).

14. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

14.1. Aplicações no Mercado Aberto

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Títulos públicos (*)	3.075.028	3.507.301
Títulos privados e cotas de fundos de investimentos (**)	649.912	220.653
Total	3.724.940	3.727.954

(*) Instrumentos financeiros remunerados principalmente com base no CDI e Selic.

(**) Instrumentos financeiros remunerados a taxa prefixada.

14.2. Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
CDI Pós-fixado	1.162.983	954.095
Total	1.162.983	954.095

15. ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	85.837	-
CCCB - Certificado de Cédula de Crédito Bancário (*)	-	11
Total	85.837	11

(*) Instrumentos financeiros negociados a taxas prefixadas.

16. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS DE CLIENTES

16.1. Composição dos Empréstimos e Recebíveis

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Empréstimos e títulos descontados	460.481	396.648
Financiamentos	635.838	498.654
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.673.013	4.257.342
Outros empréstimos e recebíveis	6.871	22.458
Subtotal	6.776.203	5.175.102
(-) Perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis	(3.045)	(3.003)
Total	6.773.158	5.172.099

16.2. Baixa de ativos financeiros

O Bancoob, de acordo com os requisitos do IAS 39, registrou na rubrica de empréstimos e recebíveis de clientes o montante de R\$ 6.871 (2012 – R\$ 22.201) relativos aos direitos creditórios do Bancoob FIDC Financeiros em função de não haver transferido substancialmente os riscos e benefícios quando da venda destes direitos ao fundo, isto porque a Ins-

tituição é detentora de todas as cotas subordinadas e a principal característica nesta operação é a retenção substancial do risco de crédito. Desta forma, a Instituição continua a reconhecer no ativo, os valores decorrentes dos direitos creditórios em contrapartida a uma conta de passivo (Nota 35 (c)).

17. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Operações compromissadas		
Debêntures	1.459.378	1.409.931
Letras do Tesouro Nacional	201.849	408.154
Total	1.661.227	1.818.085

18. PERDAS NO VALOR RECUPERÁVEL DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS DE CLIENTES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	3.003	2.279
Constituições/Reversões no exercício	4.994	4.838
Créditos baixados para prejuízo	(4.952)	(4.114)
Saldo no final do exercício	3.045	3.003

Os créditos renegociados no exercício de 2013 totalizaram R\$ 62.412 (2012 – R\$ 7.950) e decorrem das operações de consignado, empréstimos, crédito rural e Funcafé.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2013 totalizou R\$ 1.294 (2012 – R\$ 1.710).

19. PARTICIPAÇÃO EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS EM CONJUNTO

19.1. Participação em Subsidiárias

De acordo com os requisitos do IFRS 12, apresentamos a seguir, as principais informações financeiras das empresas controladas:

	<u>BANCOOB DTVM</u>		<u>CONSÓRCIO PONTA</u>		<u>BANCOOB FIDC</u>	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativo Circulante	862	884	4.782	5.117	3.988	17.190
Ativo Não Circulante	2.916	3.597	5.838	4.941	8.888	12.990
Total de Ativo	3.778	4.481	10.620	10.058	12.876	30.180
Passivo Circulante	933	828	4.758	5.022	63	71
Passivo Não Circulante	50	100	239	540	-	-
Total de Passivo	983	928	4.997	5.562	63	71
Receitas	3.765	3.217	12.811	9.723	3.262	6.279
Resultado de operações em continuidade	609	539	886	1.079	2.703	5.352
Caixa e equivalentes de caixa	18	24	4	35	23	1.745
Participação de não controladores	0,0006%	0,0006%	0,01%	0,01%	-	-

Não existem operações em descontinuidade nas empresas controladas pelo Bancoob.

19.2. Participação em empreendimentos em conjunto

a. Dados do empreendimento em conjunto (Joint Venture)

O investimento na Cabal, empreendimento em conjunto (Joint Venture) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Cabal é a operadora de

cartões de crédito Mastercard e Cabal dentro do sistema Sicoob. Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo "Resul-

tado de equivalência patrimonial". A seguir apresentamos a conciliação do valor do saldo da participação do Bancoob na Cabal:

	31.12.2013	31.12.2012
Capital social realizado	7.435	7.435
Patrimônio líquido ajustado	14.166	11.910
Resultado no exercício	2.256	2.572
Participação %	51,00	51,00
Quantidade de quotas	7.435.270	7.435.270
Resultado de equivalência patrimonial	1.150	1.312
Saldo contábil Investimentos	7.225	6.065

b. Saldos contábeis do empreendimento em conjunto (Joint Venture)

De acordo com os requisitos do IFRS 12, apresentamos os principais saldos contábeis da Cabal em 31/12/2013:

	31.12.2013	31.12.2012
Ativo circulante	51.526	51.613
Ativo não circulante	2.794	2.784
Caixa e equivalentes de caixa	3.473	5.804
Depreciação e Amortização (-)	(1.085)	(1.060)
Passivo circulante	40.154	42.487
Receita de Juros	2.766	2.776
Despesa de Juros	(34)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.551)	(1.718)
Resultado de operações em continuidade	2.256	2.572
Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-

20. ATIVOS TANGÍVEIS

a. Movimentação do Imobilizado

	TERRENOS	EDIFICAÇÕES E BENFEITÓRIAS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	OUTROS	IMOBILIZAÇÃO TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11.443	92.618	4.062	1.069	523	109.715
Aquisição	-	-	656	336	157	1.149
Alienação/Baixa	-	-	(329)	(48)	(57)	(434)
Depreciação/exaustão/amortização	-	(1.570)	(784)	(475)	(102)	(2.931)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	11.443	91.048	3.605	882	521	107.499
Custo total	11.443	94.188	7.670	9.661	885	123.846
Depreciação acumulada	-	(3.140)	(4.065)	(8.779)	(364)	(16.348)
Saldo líquido	11.443	91.048	3.605	882	521	107.499
Saldos em 31 de dezembro de 2012	11.443	91.048	3.605	882	520	107.499
Aquisição	-	-	618	364	188	1.170
Alienação/Baixa	-	-	(33)	(3)	(7)	(43)
Depreciação/exaustão/amortização	-	(1.570)	(690)	(381)	(116)	(2.758)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.443	89.478	3.499	862	586	105.868
Custo total	11.443	94.188	7.918	9.657	981	124.187
Depreciação acumulada	-	(4.710)	(4.419)	(8.795)	(395)	(18.319)
Saldo líquido	11.443	89.478	3.499	862	586	105.868
Taxas anuais de depreciação - %	-	1,67%	10%	20%	10%	-

21. ATIVOS INTANGÍVEIS

a. Outros Ativos Intangíveis - Softwares

Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.105
Aquisição	165
Amortização	(307)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	963
Custo total	4.351
Amortização acumulada	(3.388)
Valor Residual	963
Saldos em 31 de dezembro de 2012	963
Aquisição	1.172
Amortização	(371)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.764
Custo total	5.523
Amortização acumulada	(3.759)
Valor Residual	1.764
Taxas anuais de amortização - %	20%

b. Ágio

b.1. Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

De acordo com o IAS 36, os ativos intangíveis de vida útil indefinida, como o ágio adquirido em uma combinação de negócios, devem ser testados anualmente mesmo que não existam evidências objetivas de perda.

O teste de *impairment* foi efetuado para o ágio registrado contabilmente no Bancoob em 2013, no valor de R\$ 3.090 (2012 – R\$ 3.099), relativo à aquisição do “Consórcio Ponta” ocorrida em 2011.

Para determinar se houve perda no valor recuperável, o valor contábil do ágio reconhecido no final do exercício foi comparado com o valor presente líquido dos fluxos de caixa projetados do Consórcio Ponta.

Os fluxos de caixa levam em conta projeções de crescimento e rentabilidade para o segmento de consórcio, considerando informações macroeconômicas, como taxa de juros (Selic) e inflação (Projeções para o IPCA), além de informações de crescimento e rentabilidade do negócio, como os retornos esperados e os custos aplicados em uma escala de perpetuidade. A taxa de desconto utilizada foi o custo de capital do próprio negócio, antes dos impostos. O resultado do teste não apresentou perdas no ágio registrado.

b.2. Dedutibilidade do ágio para fins fiscais

O ágio decorrente da aquisição do Consórcio Ponta, no valor de R\$ 3.090 foi considerado de natureza permanente e definitiva, uma vez que a possibilidade de utilizar recursos futuros para liquidação de obrigação é considerada remota.

22. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a. Outros ativos

	31.12.2013	31.12.2012
Rendas a receber de serviços prestados	22.024	14.030
Depósitos em garantias (a)	7.585	7.643
Depósitos em garantia Mastercard	-	163
Valores a receber de cooperativas (b)	4.400	3.494
Tributos a compensar	24.748	19.754
Valores a receber de cartões de crédito (c)	587.476	166.771
Títulos e créditos a receber	2.487	1.037
Adiantamentos e antecipações salariais	2.434	2.156
Adiantamento por conta de imobilizações	102	237
Pagamentos a ressarcir	14.926	14.316
Valores a receber BNDES	1	728
Valores a receber Sicoob Brasil	253	2.208
Valores a receber Funcafé (d)	7.688	16.002
Outros	29.171	11.862
Total	703.295	260.401

(a) Inclui depósito judicial no valor de R\$ 7.105 (2012 - R\$ 7.105) relativo à diferença apurada entre os recolhimentos efetuados para a COFINS, em decorrência de liminar concedida, e o exigido nos termos do art. 3º da Lei nº 9.718/98 (Nota 28(a)).

(b) Referem-se a serviços bancários realizados pelo Bancoob às cooperativas participantes do sistema de compensação e que são liquidados no mês subsequente à prestação do serviço.

(c) Refere-se às transações com cartão de crédito Cabal/Mastercard efetuadas pelos portadores de cartões, que não se configuram como empréstimos e recebíveis por não estarem vencidas.

(d) Refere-se aos valores a receber relativos ao *spread* das operações com recursos do Funcafé.

b. Outros passivos

	31.12.2013	31.12.2012
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação	25.272	11.913
Recursos em trânsito de terceiros	4.635	3.361
Valores a pagar arrecadação	4.915	2.829
Sociais e estatutárias	6.335	6.619
Impostos e contribuições sobre salários	2.079	1.784
Valores a pagar de despesas administrativas	23.797	23.917
Tarifas interbancárias a repassar	2.725	2.415
Obrigações de cartão de crédito (a)	544.211	156.077
Valores a pagar Del credere (b)	9.011	9.583
Obrigações com convênios oficiais - INSS	7.174	9.577
Valores a repassar do BNDES	87	972
Obrigações por recursos de consorciados (c)	3.082	4.033
Outras	7.252	8.375
Total	640.575	241.455

(a) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.

(b) Refere-se a pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Bancoob dos órgãos oficiais.

(c) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

23. DEPÓSITOS

	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos à vista	22.402	19.243
Depósitos de poupança	1.944.587	1.481.876
Depósitos interfinanceiros	8.284.480	6.696.480
Depósitos interfinanceiros rurais	3.328.219	2.659.214
Depósitos a prazo	69.490	70.799
Outros	4.267	2.939
Total	13.653.445	10.930.551

24. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Carteira própria	383.552	975.399
Letras Financeiras do Tesouro	383.552	975.399
Carteira de terceiros	1.360.740	1.057.239
Letras do Tesouro Nacional	138.520	88.379
Notas do Tesouro Nacional	999.510	916.235
Debêntures	222.710	52.625
Total	1.744.292	2.032.638

25. VALORES A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por recursos obtidos principalmente por meio do BNDES, Finaime, Tesouro Nacional, Banco do Brasil, BACEN e Funcafé, com vencimento até 2028 e com encargos financeiros de até 9,75% ao ano.

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Obrigações por empréstimos e repasses	1.446.613	1.101.523
BNDES/Finaime	1.089.540	808.215
Funcafé	234.869	259.427
Banco Central – MCR 6-2 ⁽¹⁾	91.681	-
Banco do Brasil/FCO	30.438	33.771
Tesouro Nacional	85	110
Créditos cedidos com coobrigação ⁽²⁾	187	480
Bancoob FIDC Financeiros	187	480
Total	1.446.800	1.102.003

⁽¹⁾ Valor referente à deficiência da exigibilidade de aplicação dos Recursos de Crédito Rural - MCR 6-2;

⁽²⁾ Carteiras cedidas pelo Bancoob FIDC Financeiros reconhecidas de acordo com o IAS 39.

26. INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA

O Bancoob mantém a captação de recursos com as suas cooperativas de crédito, por meio de “Instrumentos híbridos de capital e dívida”, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 20.549 (2012 - R\$ 37.272).

Esses títulos são remunerados pela variação do CDI, emitidos sem vencimento, e estão registrados em “Passivos Financeiros ao Custo Amortizado - Instrumentos híbridos de capital e dívida”, e as despesas por sua atualização em “Despesas com juros e similares”. As despesas com atualização dos instrumentos em 2013 somaram R\$ 1.607 (2012 - R\$ 2.878). Conforme estabelecido na normatização do BACEN, os recursos captados poderão ser usados para a absorção de eventuais prejuízos futuros do Bancoob.

27. PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores, conforme resumido a seguir:

(i) A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com

suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

(ii) Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas de-

correntes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como "risco de perda provável"

As obrigações classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício e com os depósitos judiciais, registrados em Outros ativos.

i. Provisões constituídas

	31.12.2013		31.12.2012	
	DEPÓSITOS JUDICIAIS	PROVISÕES	DEPÓSITOS JUDICIAIS	PROVISÕES
Fiscais	7.105	7.109	7.105	7.104
Trabalhistas	368	386	428	1.201
Cíveis	110	813	110	667
Total	7.583	8.308	7.643	8.972

ii. Movimentação das provisões para causas judiciais

	2013				2012			
	FISCAIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	TOTAL	FISCAIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro	7.104	1.201	667	8.972	7.104	945	850	8.899
Constituições no exercício	5	1.782	740	2.527	-	883	729	1.612
Reversões no exercício	-	(2.597)	(594)	(3.191)	-	(627)	(912)	(1.539)
Saldo final em 31 de dezembro	7.109	386	813	8.308	7.104	1.201	667	8.972

b. Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

(i) Trabalhistas – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.

(ii) Cíveis – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

c. Ações classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos).

(i) Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

	2013	2012
Trabalhistas	5.179	3.356
Fiscais/Previdenciárias	987	1.137
Cíveis	24.673	22.250
Total	30.839	26.743

d. Ações classificadas como “risco de perda remota”

A Receita Federal questiona, por meio de autuação fiscal, o valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo BANCOOB, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco. O BANCOOB apresentou impugnação fiscal e o processo encontra-se em trâmite perante o CARF, sem que haja decisão transitada em julgado.

Com base nas recomendações dos advogados internos e externos e considerando que não há decisão final do CARF sobre a autuação fiscal, o processo foi classificado como perda remota.

e. Cofins – Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em novembro de 2013, foi editada a Medida Provisória nº 627, alterando o art. 39 da Lei nº 12.865/13 (instituiu o programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários - REFIS, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras), concedendo anistia de 100% quanto às multas de mora e juros, pela adesão ao REFIS, em contrapartida à desistência das ações judiciais e administrativas em curso por parte do contribuinte que discutiam a base de cálculo do PIS e da Cofins.

Em 29 de novembro de 2013, o Bancoob aderiu ao REFIS, recolhendo o valor à vista de R\$ 29.474, registrado na rubrica “Despesas tributárias”, no resultado.

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2013, o Bancoob possuía créditos tributários no montante de R\$ 7.546 (2012 - R\$ 7.485), originários de diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal.

b. Composição do Crédito Tributário

Natureza e origem	2013		2012	
	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Provisão para Cofins	6.972	6.972	6.972	6.972
Perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis	3.045	3.045	4.241	4.241
Taxa efetiva de juros s/ operações de crédito consignado	1.035	1.035	-	-
Provisão passivos cíveis e trabalhistas	1.099	1.099	1.483	1.483
Provisão para Participação nos Resultados	3.397	3.397	3.095	3.095
Ajuste a valor de mercado (TVM)	40	40	78	78
Ajuste ao valor de mercado de operações a termo	-	-	112	112
FGTS 50% - Diretoria	564	564	438	438
Bonificação Cartão	838	838	466	466
Honorários Advocáticos	1.711	1.711	1.711	1.711
Outras provisões	163	163	117	117
Montante	18.864	18.864	18.713	18.713
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Créditos tributários constituídos	4.716	2.830	4.678	2.807

c. Movimentação do Crédito Tributário

Crédito tributário no início do exercício	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.485	6.531
Ajuste em resultado	196	923
Movimentação TVM/PL	(135)	31
Crédito tributário no final do exercício	7.546	7.485

d. Movimentação do Passivo Fiscal Diferido

Saldos no início do exercício	2013	2012
Passivo fiscal diferido – custo atribuído	20.213	20.503
Passivo fiscal diferido – TVM	175	51
Movimentação TVM/PL	-	5
Depreciação custo atribuído – Resultado	(290)	(290)
Saldos no final do exercício	20.098	20.269

e. Reconciliação dos Impostos Correntes

Saldo impostos correntes - DRE	36.567
Imposto de Renda - Balanço de abertura	1.537
Contribuição Social - Balanço de abertura	940
Imposto de Renda - Diferença Bacen GAAP x IFRS - 2011	(352)
Contribuição Social - Diferença Bacen GAAP x IFRS - 2011	(210)
Saldo de impostos correntes em 31 de dezembro de 2012	38.482

f. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo efetuado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

	VALOR NOMINAL
2014	5.470
2015	527
2016	624
2017	356
2018	569
Total de créditos tributários	7.546

g. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2013		2012	
	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	74.707	74.707	91.368	91.368
Resultado de participações em controladas	(1.150)	(1.150)	(1.312)	(1.312)
Base de cálculo	73.557	73.557	90.056	90.056
Alíquota de tributação	25%	15%(*)	25%	15%(*)
	18.449	10.982	22.514	13.246
Efeito tributário sobre diferenças temporárias				
Perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis	(123)	(74)	(205)	(122)
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	(114)	(64)	8	-
Demais provisões	138	82	1.033	620
	(98)	(56)	836	498
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	(1.955)	(1.140)	246	351
Prejuízo fiscal/Base negativa a compensar	(119)	(43)	(133)	(48)
Patrocínios/Doação FDCA	(380)	-	(311)	-
PAT	(384)	-	(541)	-
Prorrogação Licença Maternidade	(63)	-	(91)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.449	9.743	22.520	14.047

(*) Exceto para o Consórcio Ponta, cuja alíquota é de 9%.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por ações 304.267.025 (2012 – 239.576.793), sendo 152.968.437 ordinárias (2012 – 119.819.261) e preferenciais 151.298.588 (2012 – 119.757.532), todas sem valor nominal.

No exercício de 2013, foram integralizados R\$ 120.701 (2012 – R\$ 119.011) ao capital social do Bancoob, correspondente a 64.690.232 ações distribuídas entre ordinárias e preferenciais.

Houve desistência na integralização de capital, no valor de R\$ 2.744.

As ações ordinárias conferem ao titular, o direito a voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem esta prerrogativa. No entanto, estas ações possuem, conforme previsão estatutária: i) prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, cor-

respondente à sua participação no rateio do dividendo obrigatório; ii) direito de participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de garantida a tais ações, participação idêntica a que se refere o inciso i, nas distribuições de lucros sociais, sob a forma de dividendos, bonificações ou a qualquer título; iii) direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas do Banco, inclusive

nos casos de valorização ou reavaliação do ativo imobilizado; iv) preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação no capital social, por eventual liquidação do Bancoob, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação no capital social; e v) no seu conjunto, direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, na forma do disposto no § 1º, do Artigo 26 do Estatuto.

b. Conciliação das ações em circulação

A seguir está apresentada a conciliação das ações em circulação durante o período:

	31.12.2013	31.12.2012
Ações no início do exercício	239.576.793	213.105.805
Ordinárias com direito a voto	119.819.261	109.184.068
Preferenciais	119.757.532	103.921.737
Ações emitidas e integralizadas no exercício	64.690.232	26.470.988
Ordinárias com direito a voto	33.149.176	10.635.193
Preferenciais	31.541.056	15.835.795
Total de ações no final do exercício	304.267.025	239.576.793

c. Reserva de capital

A reserva de capital é constituída conforme previsto na legislação vigente aplicável às instituições financeiras. O saldo de R\$ 45 refere-se, basicamente, ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

d. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, à formação de reserva de lucros. Foram destinados, em 2013, R\$ 2.344 (2012 – R\$

2.652). Adicionalmente, foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 42.195 (2012 – R\$ 47.735), a ser destinado em Assembleia Geral.

e. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 2.344, equivalentes a R\$ 7,70 por lote de mil ações (2012 – R\$ 2.652 equivalente a R\$ 11,07 por lote de mil ações).

Em 2013, foi destinado o valor de R\$ 47.735 (2012 – R\$ 34.758) a título de dividendos relativos ao resultado de 2012.

f. Ações em Tesouraria

Representam ações próprias adquiridas pela Instituição.

g. Outros Resultados Abrangentes

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social.

30. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Instrumentos financeiros ativos e passivos

	31.12.2013		31.12.2012	
	VALOR JUSTO	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO	VALOR CONTÁBIL
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.491.780	3.491.780	2.537.615	2.537.615
Depósitos compulsórios no Banco Central	463.436	463.436	329.018	329.018
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.887.923	4.887.923	4.682.049	4.682.049
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	85.816	85.837	11	11
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.773.158	6.773.158	5.172.099	5.172.099
Empréstimos e recebíveis de instituições financeiras	1.660.145	1.661.227	1.819.761	1.818.006
Subtotal	17.362.258	17.363.361	14.540.553	14.538.798
Passivos				
Depósitos	11.625.268	13.653.445	10.930.551	10.930.551
Valores a pagar de instituições financeiras	1.446.800	1.446.800	1.102.003	1.102.003
Obrigações por operações compromissadas	1.744.631	1.744.292	2.032.566	2.032.638
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.541	20.549	37.262	37.272
Obrigações de curto prazo	640.575	640.575	241.455	241.455
Subtotal	15.477.815	17.505.661	14.343.837	14.343.919
Saldo líquido (Ativo – Passivo)	1.884.443	(142.300)	196.716	194.879

Os seguintes instrumentos financeiros do Bancoob foram avaliados ao valor justo, tendo como base informações disponíveis no mercado ou não, quer sejam relativas a cotações de preços ou a taxas e índices e ainda metodologia de precificação interna:

i. Caixa e equivalentes de caixa

Os valores correspondentes à caixa e depósitos bancários representam ativos de altíssima liquidez e por sua vez, os saldos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas já representam adequadamente o valor justo.

ii. Depósitos compulsórios no Banco Central

Correspondem aos valores representativos dos depósitos compulsórios no Banco Central, decorrentes de exigência normativa. São incidentes basicamente sobre depósitos à vista e de poupança e os respectivos valores já representam o valor justo.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos de alta liquidez representados preponderantemente por títulos públicos federais e aplicações em depósitos interfinanceiros. As fontes primárias de precificação dos ativos financeiros disponíveis para venda são: i) relatório de títulos públicos – preços disponíveis na Anbima/BACEN; ii) metodologia interna de marcação a mercado, com base na premissa de que os preços desses títulos incorporam *spreads* devido ao risco de crédito associado ao emissor e determi-

nadas características da operação, como prazo, porte e classificação de risco do emissor e natureza do título; iii) CDI pós-fixada – fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pela curva de juros futuros. iv) Cotas de fundos de investimento – preço diário das cotas, conforme informação dos administradores dos fundos.

Em 31 de dezembro de 2013, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 2.531.519 (2012 - R\$ 1.916.306), sendo principalmente:

- R\$ 1.940.066 referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 580.904 (2012 – R\$ 1.905.236) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.
- R\$ 7.394 (2012 - R\$ 7.110) em títulos públicos por ordem judicial expedida pela 11ª Vara Cível de Vitória – ES, em razão de restituição de depósitos efetuados em cooperativas de crédito. Com base na avaliação dos consultores jurídicos, os processos que originaram os referidos bloqueios judiciais foram classificados como risco de perda remota, nos termos da Resolução nº 3.823/09, do CMN. (vide Nota 4.16).

iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Representado por títulos públicos federais (LFTs) e amparados por estudo de capacidade financeira. Os títulos públicos desta carteira são marcados a mercado, para fins de divulgação, considerando os preços disponíveis na Anbima/BACEN.

v. Empréstimos e recebíveis de instituições financeiras

Compreendem as aplicações em operações compromissadas efetuadas com outras instituições financeiras cujos lastros podem ser títulos públicos ou debêntures. As operações compromissadas são marcadas a mercado pelo fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pela estrutura a termo da taxa de juros (DI). Portanto, seus valores reportam o valor justo.

vi. Empréstimos e recebíveis de clientes

São operações de crédito efetuadas principalmente junto às cooperativas de crédito e associados do Sicoob.

vii. Depósitos

Representados pelos depósitos à vista, de poupança, interfinanceiros, a prazo e

outros efetuados principalmente pelas cooperativas de crédito do Sicoob. Os depósitos interfinanceiros e a prazo são marcados a mercado pelo fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pela estrutura a termo da taxa de juros (DI).

viii. Valores a pagar de instituições financeiras

Compostos preponderantemente por captações de recursos para aplicações em operações de crédito, cujas fontes são: Tesouro Nacional, BNDES/Finame, Banco Central, Banco do Brasil/FCO e Funcafé. Em função das características destes instrumentos financeiros, o valor contábil representa adequadamente o valor justo.

ix. Obrigações por operações compromissadas

São compostos pelas captações de recursos em títulos públicos vendidos com compromisso de recompra efetuados principalmente com instituições financeiras sendo estas, cooperativas centrais e singulares. As operações compromissadas são marcadas a mercado pelo fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pela curva de juros futuros.

x. Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 26)

Referem-se às captações de recursos com as cooperativas de crédito. São marcados a mercado pelo fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pela estrutura a termo da taxa de juros (DI).

xi. Outros ativos e outros passivos

Referem-se a direitos e obrigações perante terceiros, tais como governo, empregados e fornecedores e, os respectivos valores representam adequadamente o valor justo destas transações.

b. Valor justo e hierarquia de valor justo

O valor justo é o valor pelo qual um instrumento financeiro poderia ser trocado ou liquidado em condições usuais de mercado, isentas de qualquer viés, entre partes interessadas.

De acordo com o IFRS 13, são levadas em consideração informações disponíveis ou

não em mercado para a precificação de instrumentos financeiros ativos ou passivos com base nos seguintes critérios de hierarquia de valor justo:

- **Informações de Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos financeiros idênticos. Consideram-se assim, aqueles preços de mercado que estiverem prontamente disponíveis e representarem transações usuais de mercado;
- **Informações de Nível 2** - dados outros que não sejam preços cotados incluídos

dentro do Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços) e que cujas informações possam ser confirmadas com dados observáveis de mercados, como taxas e índices de preços; e

- **Informações de Nível 3** - dados para o ativo ou passivo financeiro que não sejam baseados em dados de mercado observáveis. Para estes ativos ou passivos o Banco conta com a elaboração de metodologia interna de precificação.

c. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos disponíveis para venda	31.12.2013		
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.162.983	-
Letras Financeiras do Tesouro	3.075.028	-	-
Títulos Privados	-	-	613.942
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios	35.771	-	-
31.12.2012			
Ativos disponíveis para venda	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	954.095	-
Letras Financeiras do Tesouro	3.507.301	-	-
Títulos Privados	-	-	165.464
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios	54.990	-	-

No exercício não houve reclassificações/transfêrências de instrumentos financeiros entre os níveis 1, 2 e 3 acima demonstrados.

d. Conciliação dos títulos classificados no Nível 3

	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial	165.464	46.903
Compras	645.000	300.000
Atualizações/MaM	28.074	7.877
Vendas/Resgates	(224.596)	(189.316)
Saldo final	613.942	165.464

Em 2013, o valor dos ganhos/perdas para os ativos classificados no Nível 3, lançados na Demonstração do Resultado Abrangente na linha de "Mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda" foi de R\$ 19 (2012 – Perda de R\$ 58)

31. GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

O Bancoob concede garantias às cooperativas integrantes do Sicoob. Estas garantias podem ser concedidas na forma de avais e fianças e estavam demonstradas da seguinte forma:

	31.12.2013	31.12.2012
Avais, fianças e outras garantias		
Fianças	5.920	10.968
Total	5.920	10.968

Em 31 de dezembro de 2013, as receitas de comissão montavam R\$ 81 (2012 – R\$ 97) e estavam registradas no grupo de Outras receitas operacionais.

Em razão de o histórico não apresentar perdas com garantias financeiras prestadas, a Administração do Bancoob entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas no valor recuperável (*impairment*) para estes instrumentos.

32. CAPITAL REGULATÓRIO E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

O patrimônio líquido do Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

O Bancoob calcula os índices de Basileia de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, cujo percentual mínimo exigido é de 11%. A seguir estão apresentados os cálculos dos limites:

	BASILEIA III		BASILEIA II	
	2013 DEZEMBRO	2013 SETEMBRO	2012 DEZEMBRO	
Patrimônio de referência de nível I	580.839	576.931	467.037	
Capital Principal	580.839	576.931	467.037	
Patrimônio Líquido	580.839	573.968	463.682	
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	2.963	3.355	
Patrimônio de referência de nível II	18.494	17.122	33.917	
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	(2.963)	(3.355)	
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (2)	18.494	20.085	37.272	
Patrimônio de referência (a)	599.333	594.053	500.954	
Risco de Crédito	4.462.916	4.229.007	3.416.853	
Risco de mercado	26.622	25.491	33.469	
Risco operacional	386.976	386.938	314.063	
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (3)	4.876.514	4.641.436	3.764.385	
Índice da Basileia (a/b)	12,29%	12,80%	13,31%	
Capital nível I	11,91%	12,43%	12,41%	
Capital principal	11,91%	12,43%	12,41%	
Capital nível II	0,38%	0,37%	0,90%	
Risco <i>banking</i> (RBN)	199.880	167.772	147.401	
Índice da Basileia amplo	11,81%	12,35%	12,81%	

(1) A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN;

(2) Até setembro de 2013, os valores foram apurados conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN e, a partir de outubro de 2013, os valores foram apurados com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN;

(3) Para efeito de comparabilidade, ajustamos a "Alocação de capital mínimo exigido" de períodos anteriores, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco - RWA".

33. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Bancoob é patrocinador de plano de previdência dos seus funcionários, mantido na Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, entidade que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2013, o plano dos funcionários do Bancoob e empresas controladas na Sicoob Previ contava com 433 participantes ativos (2012 - 395), cuja contribuição do Banco totalizou R\$ 1.079 (2012 - R\$ 936), registrada na rubrica "Despesas com Pessoal".

34. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez no conglomerado Bancoob e no Sicoob é realizada de forma centralizada pela Superintendência de Gestão de Riscos (Suris), por meio de quatro gerências especializadas:

- Gerência de Risco de Crédito (Geric);
- Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez (Gerim)
- Gerência de Middle Office (Gemid); e
- Gerência de Modelagem (Gemod).

As atividades relacionadas aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez consideram os objetivos, as políticas, os processos, os sistemas e as estratégias defi-

nidas pelas instituições em consonância com as boas práticas de governança corporativa.

O Subcomitê de Riscos (Subcoris) e o Comitê de Riscos (Coris) do Bancoob e o Comitê de Riscos de Mercado e de Liquidez (CRML) do Sicoob são partes integrantes da estrutura centralizada de gestão de riscos, cujos objetivos são:

- Subcomitê de Riscos (Subcoris): como parte integrante do Coris, o Subcoris é órgão consultivo do Colegiado da Diretoria (Coled) e tem por objetivo analisar de forma integrada e sistêmica os diversos riscos a que o Bancoob está exposto;
- Comitê de Riscos (Coris): é órgão

consultivo do Colegiado da Diretoria (Coled) e tem por objetivo analisar de forma integrada e sistêmica os diversos riscos a que o Bancoob está exposto; e

- Comitê de Riscos de Mercado e de Liquidez (CRML): é um órgão consultivo do Conselho de Administração do Sicoob Confederação e tem como objetivo contribuir para a especificação e a manutenção das metodologias de gestão de riscos de mercado e de liquidez do Sicoob.

Esses comitês e subcomitês de riscos possuem as seguintes atribuições:

Subcomitê de Riscos (Subcoris):

- (i) Propor soluções para os eventos ou

fatores de risco que possam comprometer o atingimento das metas e objetivos estratégicos do Bancoob;

(ii) Analisar a conjuntura econômica passada e futura;

(iii) Analisar as posições de riscos;

(iv) Avaliar permanentemente a adequação da Política de Tesouraria e submeter ao Coris, no mínimo uma vez a cada ano, a atualização dessa política;

(v) Elaborar estudos técnicos que possibilitem a mitigação de riscos;

(vi) Propor limites operacionais para contenção dos riscos;

(vii) Avaliar propostas de metodologias para marcação a mercado de títulos; e

(viii) Outras que o Coris solicitar.

Comitê de Riscos (Coris):

(i) Analisar a conjuntura econômica passada e futura;

(ii) Analisar as posições de riscos do mês e expectativas; e

(iii) Analisar as propostas apresentadas pelo Subcoris.

Comitê de Riscos de Mercado e de Liquidez (CRML):

(i) Acompanhar a execução da Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez, por meio da apreciação de relatórios e análises periódicos fornecidos pela área de gestão de riscos do Bancoob;

(ii) Manifestar sobre as propostas das áreas de gestão de riscos do Bancoob relativas à estrutura organizacional envolvida no processo de aprovação de modelos, procedimentos, normativos e sistemas relacionados ao gerenciamento sistêmico dos riscos de mercado e de liquidez;

(iii) Propor e manifestar sobre ações corretivas e preventivas relativas aos riscos de mercado e de liquidez, mecanismos de mitigação, modelos de mensuração, limites, planos de contingência, normativos, revisão da Política Institucional de Gerenciamento dos Riscos de Mercado e de Liquidez;

(iv) Acompanhar o cumprimento de decisões envolvendo o gerenciamento centralizado dos riscos de mercado e de liquidez; e

(v) Outras que venham a ser determinadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, destinadas ao cumprimento da finalidade do Comitê.

A estrutura atualmente definida pela Instituição inclui os seguintes aspectos, considerados relevantes de acordo com as boas práticas de governança:

• Segregação de funções entre as áreas de negócio e a de riscos;

• Definição de alçadas nos diversos níveis hierárquicos;

• Gestão de risco centralizada; e

• Normativos internos onde estão definidas as políticas, as atividades e os processos relativos ao gerenciamento de riscos.

No Bancoob, as decisões relacionadas aos riscos são tomadas de forma colegiada e observam os aspectos definidos nas políticas e nos manuais de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos tem caráter abrangente e está constituída dos seguintes componentes:

- Estrutura Organizacional;
- Estrutura Normativa;
- Sistemas Computacionais;
- Conformidade;
- Validação; e
- Acompanhamento.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos, que tem a Superintendência de Gestão de Riscos como área responsável, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sistema Sicoob.

34.1. Risco de crédito

a. Gerenciamento do risco de crédito

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos.

Para reduzir o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das

variáveis consideradas.

Adicionalmente, o Bancoob adota a modalidade de mitigação do risco de crédito por meio do instrumento Acordo de Compensação, conforme descrito na Nota 37. O Bancoob mantém controle gerencial dos instrumentos financeiros que compõem os diversos Acordos de Compensação com as cooperativas e bancos de forma a determinar o respectivo montante de ativos e obrigações.

A Gerência de Risco de Crédito (Geric) atua como regra geral, por meio da manutenção de uma política institucional de risco de crédito, da geração de relatórios de acompanhamento das exposições ao risco de crédito, da especificação e manutenção de sistemas para atribuição do risco de crédito em nível de cliente e/ou de operações e de sistema de informações gerenciais que permitem avaliar a evolução e realizar comparações intra-Sicoob ou com o mercado financeiro dos índices de provisionamento e inadimplência.

A estrutura do gerenciamento do risco de crédito é composta pela Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito do Sicoob - Sicoob Confederação, Comitê de Riscos - Coris, Bancoob e Cooperativas Centrais e Singulares integrantes do Sicoob. Dentre as competências de cada parte que compõe a estrutura de gerenciamento de risco de crédito, destacam-se:

Sicoob Confederação:

(i) Aprovar a estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob/Política Institucional de Risco de Crédito;

(ii) Aprovar modelos, normativos, análises e proposições envolvendo o risco de crédito;

(iii) Acompanhar o desempenho do risco de crédito de ações preventivas/corretivas a entidades operadoras específicas;

(iv) Decidir pelo envio de recomendações de ações preventivas/corretivas a entidades operadoras específicas; e

(v) Padronizar e consolidar as minutas das normas antes de sua aprovação final.

Comitê de Risco - Coris:

- (i) Opinar sobre os modelos, normativos, análises e proposições envolvendo o risco de crédito; e
- (ii) Acompanhar o desempenho do risco de crédito antes de sua aprovação final.

Bancoob:

- (i) Atuar como área gestora das questões envolvendo o risco de crédito;
- (ii) Propor modelos, normativos, análises de ações envolvendo o risco de crédito;
- (iii) Disponibilizar para as entidades do Sicoob informações e análises para acompanhamento do risco de crédito;
- (iv) Observar a política institucional, modelos e normativos envolvendo o risco de crédito;
- (v) Adotar ações preventivas e corretivas decorrentes de análises próprias ou de recomendações da Confederação; e
- (vi) Ministrando treinamentos nas cooperativas centrais e singulares acerca do conceito de gestão de risco de crédito e utilização dos sistemas.

Cooperativas Centrais e Singulares:

- (i) Observar a política institucional, modelos e normativos envolvendo o risco de crédito;
- (ii) Adotar ações preventivas e corretivas decorrentes de análises próprias ou de recomendações da Confederação;
- (iii) Propor modelos, normativos, análises de ações envolvendo o risco de crédito; e
- (iv) Acessar informações de sistemas corporativos e elaborar análises.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito ainda prevê:

- (i) Adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- (ii) Estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- (iii) Procedimentos para o monitora-

mento das carteiras de crédito;

- (iv) Procedimentos para a recuperação de créditos;
- (v) Sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito; e
- (vi) Informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

A estrutura de gerenciamento de riscos de crédito conta ainda com dois comitês: Comac e Cocre:

- (i) **Comitê de Administração do Crédito (Comac)** - é órgão consultivo do Colegiado da Diretoria e tem objetivo auxiliar a gestão e operacionalização do risco de crédito no Bancoob, o que inclui a análise do Manual de Instruções Gerais sobre Risco de crédito e a concessão de limites; e
- (ii) **Comitê de Crédito (Cocre)** - é órgão consultivo do Colegiado da Diretoria e tem por objetivo analisar e decidir a concessão de crédito conforme alçadas delegadas pelo Colegiado da Diretoria e ainda, analisa as operações de crédito e casos de recuperação de crédito.

As decisões sobre a gestão do risco de crédito são tomadas sempre no âmbito dos comitês, não havendo alçada individual.

Tanto o Comac como o Cocre possuem distintos níveis de alçadas decisórias, conforme estabelecido pela Instituição.

b. Política

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito do Sistema, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob, incluindo o Bancoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão do risco, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

A adesão a essa política foi comunicada internamente pela Resolução Bancoob 001 de 18 de janeiro de 2011. O acesso ao conteúdo completo da política pode ser feito por todos os funcionários da Instituição por meio da intranet.

Quando necessárias, o Sicoob Confederação promove alterações nessa política mediante processo prévio de consulta pública às entidades do Sistema que aderiram à política institucional de gerenciamento de Riscos de Crédito.

c. Processos

O gerenciamento de riscos de crédito no Bancoob compreende a realização de dois processos de análise de riscos. Um refere-se aos tomadores e o outro processo relaciona-se às operações. No primeiro processo atribui-se o limite de crédito para o tomador e no segundo é atribuída nota de risco à operação com base na nota de risco do tomador, que pode apresentar melhorias de acordo com as seguintes avaliações:

- (i) Da operação com garantias básicas;
- (ii) Da cooperativa central, como garantidora da operação;
- (iii) De garantia de depósito/títulos à operação de crédito;
- (iv) Da cooperativa singular, como garantidora da operação; e
- (v) De garantia de Fundo Garantidor de Crédito.

Nos casos em que o objeto refere-se aos projetos de investimento, não são precedidos por análise de risco exclusiva do tomador. Neste caso, é realizada uma análise de risco integrada do tomador e da operação. Desta forma, o limite de crédito decorre da análise do projeto.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

c.1. Contratação de empréstimos e recebíveis

A contratação de operações é precedida de análise, classificação de risco e estabelecimento de limite de crédito.

Os modelos de classificação de risco são desenvolvidos objetivando a estimação de perdas e levam em conta às particularidades das diversas classes de tomadores, aspectos setoriais, aspectos geográficos e outros que contribuam para o seu nível de acerto.

O Bancoob adota cinco modelos para efeito de aplicação de metodologia específica de análise, em que são avaliadas:

- (i) A cooperativa central;
- (ii) A cooperativa singular;
- (iii) A pessoa jurídica com balanço;
- (iv) A pessoa jurídica sem balanço; e
- (v) A pessoa física.

A classificação da operação é estabelecida a partir da classificação do tomador. No entanto, a classificação da operação pode melhorar de acordo com a avaliação da linha de crédito e/ou das garantias na seguinte sequência obrigatória de avaliação:

- (i) Aplicação financeira vinculada;
- (ii) Da Central, enquanto garantidora;
- (iii) Da Singular, enquanto garantidora das operações com associados;
- (iv) Da operação e suas garantias básicas.

c.2. Avaliação de Bancos

O Bancoob adota ainda metodologia de avaliação de bancos, que objetiva o estabelecimento de limites para operacionalizar a captação de recursos para repasse (Repasse Interfinanceiros).

c.3. Análise técnica da operação

A metodologia implantada pelo Bancoob visa à uniformização dos perfis de riscos de carteiras. O cálculo do risco da operação é uma das etapas mais importantes do processo de decisão. É a partir daí que serão avaliadas as garantias, prazos da operação, alçadas de decisão e taxa a ser praticada para a operação.

c.4. Garantias

As garantias têm o importante papel de minimizar o risco de crédito. São necessárias em toda operação de crédito e têm o objetivo de gerar maior comprometimento pessoal do tomador, aumentando a probabilidade de recebimento do crédito.

Cada modalidade de garantia recebe peso próprio, segundo seu grau de liquidez e suficiência, e, pode, de forma isolada ou combinada, melhorar a classificação da operação. As modalidades são as seguintes:

- Hipoteca; aval; penhor; alienação fiduciária; operações garantidas pelo governo federal, estadual ou municipal; consignação em folha de pagamento de empresas privadas e órgãos federais, estaduais e municipais; carta de fiança; caução de duplicatas, cheques, cartão de crédito, tributos, direitos de alugueis dentre outros; cessão de direitos creditórios de duplicatas, cheques, faturas de cartão de crédito, tributos, direitos sobre alugueis, títulos vinculados; seguros.

d. Monitoramento do Risco de Crédito

O crédito é objeto de acompanhamento sistemático, no âmbito da alta administração de cada entidade, das cooperativas centrais em relação às suas singulares filiadas e do Sicoob Confederação em relação ao Sistema, por meio da apreciação de informações periódicas via sistema e/ou relatórios que evidenciam a evolução de volumes, concentrações, qualidade, resultados, níveis de provisionamento, perdas das operações, adequação do Patrimônio de Referência mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil e comparação com os referências de mercado.

e. Exposição ao risco de crédito

	31.12.2013	31.12.2012
Ativos disponíveis para venda	649.712	100.291
Ativos mantidos até o vencimento	-	11
Empréstimos e recebíveis de instituições financeiras	1.661.227	1.818.085
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.776.203	5.175.102
Total de itens registrados na Demonstração da Posição Financeira	9.087.142	7.093.489
Garantias financeiras prestadas ^(*)	5.920	10.968
Total de itens sujeitos ao risco de crédito	9.093.062	7.104.57

^(*) Refere-se à exposição máxima do risco de crédito das fianças prestadas pelo Bancoob, conforme Nota 31 e não são registradas na Demonstração da Posição Financeira Consolidada.

f. Análise dos empréstimos e recebíveis de clientes

Os empréstimos e recebíveis de clientes são classificados como:

- i. Não vencidos e sem perdas por redução do valor recuperável;
- ii. Vencidos e sem perdas no valor recuperável; e
- iii. Com perdas no valor recuperável.

	31.12.2013	31.12.2012
Não vencidos e sem perdas no valor recuperável	6.749.299	5.155.817
Vencidos e sem perdas no valor recuperável	21.242	12.730
Com perdas no valor recuperável	5.662	6.555
Perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis de clientes	(3.045)	(3.003)
Total	6.773.158	5.172.099

São considerados empréstimos e recebíveis de clientes não vencidos e sem perdas no valor recuperável aqueles que apresentam normalidade no curso do vencimento da operação e não apresentaram evidências objetivas de perda.

A seguir estão apresentados os empréstimos e recebíveis de clientes vencidos e sem perdas no valor recuperável:

	31.12.2013				
	ATÉ 29 DIAS	30 A 59 DIAS	60 A 89 DIAS	90 A 179 DIAS	ACIMA DE 180 DIAS
Empréstimos e recebíveis de clientes	12.082	6.062	1.437	639	1.022
Total	12.082	6.062	1.437	639	1.022

	31.12.2012				
	ATÉ 29 DIAS	30 A 59 DIAS	60 A 89 DIAS	90 A 179 DIAS	ACIMA DE 180 DIAS
Empréstimos e recebíveis de clientes	7.770	3.969	977	14	-
Total	7.770	3.969	977	14	-

Os empréstimos e recebíveis vencidos e sem perdas no valor recuperável estão concentrados principalmente em operações de crédito consignado e cartão de crédito. Estas operações, pelas características, não são contratadas com garantias reais.

Não foi necessário executar judicialmente nenhuma operação de empréstimos e recebíveis com contratação de garantias devido ao fato de não apresentarem inadimplência sujeita a tal procedimento.

Os empréstimos e recebíveis classificados como individualmente significativos (Nota 4.8(a)) não apresentam inadimplência para os exercícios de 2013 e 2012. O saldo devedor destas operações em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 391.868 (2012 – R\$ 411.796).

g. Efeito financeiro das garantias

	31.12.2013		31.12.2012	
	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	EFEITO FINANCEIRO DA GARANTIA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	EFEITO FINANCEIRO DA GARANTIA
Empréstimos e títulos descontados	460.481	216.952	396.648	248.358
Financiamentos	635.838	378.663	498.654	274.624
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.673.013	10.439.913	4.257.342	7.198.013
Outros empréstimos e recebíveis	6.871	-	22.458	-
Perda no valor recuperável de empréstimos e recebíveis	(3.045)	-	(3.003)	-
Total	6.773.158	11.035.528	5.172.099	7.720.995

Os valores relativos ao efeito financeiro das garantias correspondem aos valores nominais destas na data da contratação das operações.

h. Concentrações de risco

O Bancoob efetua internamente classificação de risco das operações de crédito atribuindo níveis de risco de AA a H. Regra geral, a classificação da operação é estabelecida a partir da classificação do tomador e pode apresentar melhorias em função da análise de alguns de seus elementos, sobretudo, das garantias.

A seguir estão apresentados os empréstimos e recebíveis de clientes concentrados por nível de risco da operação:

Níveis de risco	31.12.2013		31.12.2012	
AA	4.556.112	3.658.789		
A	1.896.443	1.301.421		
B	236.806	147.559		
C	40.759	31.745		
D	17.962	7.248		
E	10.971	3.352		
F	2.086	2.726		
G	1.877	1.572		
H	13.187	20.690		
Perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis	(3.045)	(3.003)		
Total	6.773.158	5.172.099		

	31.12.2013		31.12.2012	
Rural	5.673.013	4.257.342		
Intermediários financeiros	429.494	406.809		
Pessoas físicas	346.444	289.811		
Outros serviços	324.207	218.137		
Total	6.773.158	5.172.099		

Adicionalmente, os empréstimos e recebíveis de clientes são apresentados pela concentração por setor de atividade:

i. Análise dos empréstimos e recebíveis de instituições financeiras

Os empréstimos e recebíveis de instituições financeiras são classificados como:

- i. Não vencidos e sem perdas no valor recuperável;
- ii. Vencidos e sem perdas no valor recuperável; e
- iii. Com perdas no valor recuperável.

	31.12.2013	31.12.2012
Não vencidos e sem perdas no valor recuperável	1.661.227	1.818.085
Total	1.661.227	1.818.085

34.2. Risco de Liquidez

a. Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar seus compromissos no vencimento ou fazê-lo com elevadas perdas.

A gestão de liquidez tem como objetivo garantir a existência de recursos financeiros disponíveis para cumprir com as obrigações financeiras da Instituição e otimizar sua utilização.

Com a finalidade de promover a harmonização, a integração e a racionalização de processos e com base no princípio de organização sistêmica, foi implantada no Sicoob, por intermédio do Bancoob, a estrutura centralizada de gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez que prevê:

- (i) Adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- (ii) Procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez; e
- (iii) Acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sistema fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento dos riscos de liquidez, que evidenciem, no mínimo:

- Limite mínimo de liquidez;
- Gestão do caixa realizado diariamente;
- Fluxo de caixa projetado;
- Aplicação de cenários de *stress* de liquidez; e

• Avaliação dos prazos de realizações dos passivos financeiros. As movimentações de recompras estão contidas no fluxo de caixa.

(iv) Realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle do risco de liquidez;

(v) Elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez; e

(vi) Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perda decorrente do risco de liquidez.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos.

Compõe ainda a estrutura de gestão de liquidez o Conselho de Administração; Colegiado da Diretoria; Comitê de Riscos; Comitê de gestão do caixa; Diretoria de Controle; Superintendência de Gestão de Riscos; Superintendência Financeira; Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez; Gerência da Mesa de Operações; Gerência de Planejamento Financeiro e SPB.

b. Política

A Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez em vigor tem característica sistêmica, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e posteriormente aderida pelo Bancoob, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A adesão a essa política foi comunicada internamente pela Resolução Bancoob 001 de 18 de janeiro de 2011. O acesso ao conteúdo completo da política pode ser feito por todos os funcionários da Instituição por meio da intranet.

A política é atualizada anualmente ou quando houver alterações, mediante processo prévio de consulta pública às entidades do Sistema que aderiram a Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez.

c. Metodologia

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, de curto e longo prazo, incluindo possíveis impactos na liquidez do conglomerado financeiro oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

São estabelecidos limites mínimos de liquidez, a serem mantidos em Títulos Públicos Federais e, eventualmente, em outros ativos comprovadamente líquidos. Os vencimentos dos passivos financeiros são controlados diariamente e tais informações são consideradas no gerenciamento da liquidez.

Destaca-se que a maior fonte de captação do Bancoob é a centralização financeira das cooperativas centrais do sistema Sicoob, que pela sua natureza se mostra estável e crescente.

Trimestralmente, são realizados testes de *stress* pela área gestora do Bancoob, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Os resultados dos testes de *stress* não demonstram possíveis situações de crises que comprometam a liquidez do Bancoob.

São definidos e testados, anualmente, os planos de contingência de liquidez visando gerar recursos em situações de emergência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento do risco de liquidez.

34.3. Risco de Mercado

a. Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações

sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é manter a exposição em níveis considerados aceitáveis, de acordo com o planejamento estratégico da Instituição e com os limites regulamentares.

A Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez (Gerim) é a área responsável pelo gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Bancoob.

A política de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez é aprovada pelo Conselho de Administração do Bancoob e pelo Conselho de Administração da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, após discussões do Comitê de Riscos (Coris) e do Comitê de Riscos de Mercado e de Liquidez (CRML), sobre métricas e limites de risco de mercado.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados para identificação de fatores de risco, para classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), para mensuração do risco de mercado, para estabelecimento de limites de risco, para realização de testes de *stress* e verificação da aderência do modelo às suas premissas (*backtesting*).

São classificadas na carteira de negociação (*trading*):

- a) As operações com derivativos, exceto as operações de hedge da carteira de não negociação (*banking*);
- b) As operações relativas às aplicações em cotas de fundos de investimento; e
- c) As aplicações em mercadorias (*commodities*), em ações e em moedas estrangeiras.

As operações classificadas na carteira de não negociação (*banking*) são acompanhadas quanto à realização de vendas antecipadas com apuração de resultado diferente da curva do papel e sem que tenha havido necessidade de caixa (liquidez).

São classificadas na carteira de não negociação (*banking*) as demais operações que não atendam concomitantemente aos critérios de classificação da carteira de negociação (*trading*).

A carteira de não negociação (*banking*) é composta pelas carteiras de crédito, de títulos públicos federais, de títulos privados, de operações compromissadas (*over e open market*) e de operações de transferências de recursos das cooperativas, decorrentes da centralização financeira. Essas carteiras apresentam como principal característica a intenção da Instituição de manter as respectivas posições até o vencimento.

b. Metodologias

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

b.1. Value at Risk - VaR (Valor em Risco)

Para o cálculo do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é utilizado o *Value at Risk* – VaR (Valor em Risco), que mede a perda máxima estimada para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado o intervalo de confiança estabelecido. O horizonte de tempo utilizado para o cálculo do VaR é de 252 dias úteis e o intervalo de confiança, 99%.

Para as exposições de risco de mercado RWA_{MPAD} (RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} , RWA_{JUR4} , RWA_{CAM} , RWA_{COM} e RWA_{ACS}) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil (Bacen).

Os limites para controle do risco de mercado são estabelecidos em função do Patrimônio de Referência (PR) que é calculado de acordo com as normas do Banco Central do Brasil e está apresentado conforme abaixo:

Limite de Risco de Mercado % do Patrimônio de Referência (PR)	
VaR Gerencial Consolidado - Diário (carteiras <i>banking</i> e <i>trading</i>)	1,0
Alocação de Capital Regulamentar para Risco de Mercado (Risco <i>banking</i> + Risco <i>trading</i>)	10,0

O nível médio do risco de mercado dos negócios realizados em 2013 manteve-se praticamente o mesmo de 2012. Entretanto, em função da ocorrência de picos de volatilidade da taxa de juros combinados com o alongamento dos prazos de algumas operações financeiras, decidiu-se elevar de 7 para 10 por cento do Patrimônio de Referência a tolerância a esse tipo de risco.

b.2. VaR das carteiras de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*)

Em 31/12/2013, o VaR diário da posição consolidada (Tesouraria e Crédito) fechou em R\$ 3.444 (2012 – R\$ 2.104), inferior ao limite de 1% do Patrimônio de Referência – PR (R\$ 5.921) (2012 – R\$ 4.968). As carteiras de Tesouraria e Crédito apresentaram em o VaR diário de R\$ 116 e R\$ 3.444, respectivamente (2012 – R\$ 1.080 e R\$ 2.104, respectivamente).

O VaR de 252 dias úteis para a carteira *banking* formada pelas operações não classificadas em *trading*, fechou em R\$ 21.357 (2012 – R\$ 16.216). A carteira *trading*, operações com instrumentos financeiros detidas com intenção de negociação, fechou em R\$ 2.928 (2012 – R\$ 3.684). Portanto, o VaR consolidado (*banking* e *trading*) foi R\$ 24.286 (2012 – R\$ 19.900), abaixo do limite global para fazer frente a risco de mercado de R\$ 59.213 (10% do Patrimônio de Referência – PR) (2012 – R\$ 34.779, equivalente a 7% do Patrimônio de Referência – PR).

b.3. VaR das posições Ativas e Passivas por fator de risco (carteiras banking e trading)

31.12.2013

Posição Ativa

Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	% VaR/ Posição	VaR Marginal	% Var Marginal	Duration
CDI	3.956.678	1.270	-	75	-	193
DÓLAR	3.671	58	-	(22)	-	0
FIDCS	37.951	-	-	-	-	339
IPCA	7.347	51	-	31	-	1.231
OVER	265.002	2	-	-	-	1
PRÉ	9.166.278	8.581	-	6.769	-	193
SELIC	3.312.856	1.071	-	(14)	-	424
TJLP	632.512	4	-	-	-	547
TR	47.199	57	-	15	-	216

Posição Passiva

Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	% VaR/ Posição	VaR Marginal	% Var Marginal	Duration
CDI	(9.623.553)	3.102	-	(41)	-	183
OVER	(337.764)	2	-	-	-	1
PRÉ	(4.091.350)	4.513	-	3.193	-	203
SELIC	(15.891)	5	-	-	-	2
TJLP	(580.257)	4	-	-	-	546
TR	(1.899.556)	2.305	-	1.548	-	199

31.12.2012

Posição Ativa

Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	% VaR/ Posição	VaR Marginal	% Var Marginal	Duration
CDI	3.276.456	821	-	101	-	169
DÓLAR	6.847	77	-	(10)	-	-
FIDCS	82.122	6	-	5	-	334
OVER	880.009	2	-	0	-	1
PRÉ	6.271.364	4.633	-	4.765	-	210
SELIC	3.514.326	946	-	(2)	-	300
TJLP	557.077	2	-	-	-	485
TR	72.850	167	-	94	-	168

Posição Passiva

Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	% VaR/ Posição	VaR Marginal	% Var Marginal	Duration
CDI	(8.420.858)	2.165	-	39	-	175
OVER	(260.616)	1	-	-	-	1
PRÉ	(3.478.747)	4.485	-	4.520	-	200
SELIC	(61.716)	17	-	-	-	2
TJLP	(509.767)	2	-	-	-	484
TR	(1.488.105)	59	-	17	-	10

b.4. Teste de stress

Para complementar o sistema de mensuração de risco com base no VaR, são realizados testes de *stress* regularmente, de forma a avaliar os impactos decorrentes de condições extremas de mercado sobre o valor das posições ativas e passivas.

As análises de sensibilidade estão incluídas nos testes de *stress*, por meio da utilização dos cenários, divulgados pela BM&FBovespa.

As metodologias aplicadas no cálculo de perdas em cenários de *stress* são:

I. Simulação Histórica – reprecifica a carteira atual utilizando a pior variação mensal do mercado apurada no histórico dos últimos 10 anos.

II. Cenários Econômicos – considera três cenários de alta e três de baixa, disponibilizados pela BM&FBovespa, para avaliar a sensibilidade do risco dado à mudança de comportamento na taxa de juros.

III. Análise de GAP (carteira de crédito rural) – compreende o fluxo de operações no âmbito dos Depósitos Interfinanceiros Rurais (DIR). A situação extrema considera a não renovação das captações (*funding*), tendo as aplicações que ser carregadas até o vencimento pelas taxas de mercado.

O indicador de Necessidade de Suporte (NS) para risco de mercado em situações de *stress* é calculado pela seguinte fórmula: NS (*Stress* Mercado) = Máximo (Simulação Histórica; Cenários Econômicos; Análise de GAP).

31.12.2013		
Necessidade de Suporte (NS) = Máximo (BM&F; GAP; Simulação histórica)		
Necessidade de Suporte (NS)	125.918	
Cenários de Stress	Resultados Stress	Pior Data
1) Simulação Histórica	74.848	13/05/2004
2) Cenário BM&F de Alta 1	3.259	
2) Cenário BM&F de Alta 2	31.436	
2) Cenário BM&F de Alta 3	26.858	
4) GAP - Carteira Crédito Rural	125.918	

31.12.2012		
Necessidade de Suporte (NS) = Máximo (BM&F; GAP; Simulação histórica)		
Necessidade de Suporte (NS)	48.620	
Cenários de Stress	Resultados Stress	Pior Data
1) Simulação Histórica	48.620	20/05/2004
2) Cenário BM&F de Alta 1	3.895	
2) Cenário BM&F de Alta 2	26.099	
2) Cenário BM&F de Alta 3	21.270	
4) GAP - Carteira Crédito Rural	35.297	

O Limite de Suporte de *Stress* (LSS) para risco de mercado é de 30% (trinta por cento) do Patrimônio de Referência (PR). O LSS é gerencial e não implica em requerimento de capital regulamentar.

31.12.2013			
Limite de Suporte de Stress (LSS) - Risco de Mercado			
Carteiras	Limite 30% (PR)		Situação
Banking e Trading		R\$ 177.640	Ok

31.12.2012			
Limite de Suporte de Stress (LSS) - Risco de Mercado			
Carteiras	Limite 30% (PR)		Situação
Banking e Trading		R\$ 149.052	Ok

b.5. Backtesting (Teste de aderência do modelo)

Para avaliar a eficiência de um modelo ao prever riscos, deve ser adotado um processo de validação, o qual objetiva avaliar a adequação das estimativas de risco às premissas utilizadas.

O processo de validação é realizado por meio da aplicação de *Backtesting*, que consiste de:

- (i) Ferramenta estatística formal;
- (ii) Apuração do nível de coerência entre as perdas estimadas pelo VaR e as perdas efetivamente verificadas no período de observação adotado (apura um erro quando a perda estimada pelo VaR for inferior a perda observada);
- (iii) Periodicidade trimestral; e
- (iv) Janela avaliada: 252 dias úteis.

Como as estimativas de VaR são realizadas com base na adoção de intervalos de probabilidade, o nível de eficácia de um modelo é apurado a partir do confronto entre o percentual de erros de estimativa verificados no *backtesting*, considerando o período histórico adotado, e o percentual de erros esperados. Quanto maior a diferença entre o percentual de erros esperado e o número de erros observados, menor a eficiência do modelo ao prever riscos.

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional Nota 1, para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. Desta forma, mantém operações com as 15 cooperativas centrais e 517 cooperativas singulares integrantes do Sistema distribuídas em 24 estados brasileiros.

A seguir estão demonstradas as operações do Bancoob mantidas com o Sicoob:

	31.12.2013	31.12.2012
Ativo	6.737.792	5.101.607
Empréstimos e recebíveis	6.733.138	5.095.904
Outros Ativos - Valores a receber	4.654	5.703
Passivo	9.472.916	8.791.954
Depósitos à vista	3.652	6.671
Depósitos interfinanceiros	8.187.567	6.647.761
Depósitos a prazo	71.162	65.121
Obrig. por Oper. Compr. – carteira própria	312.792	971.199
Obrig. por Oper. Compr. – carteira de terceiros	866.960	1.052.237
Outras Obrig. – Comissões a pagar – Credconsignado	1.223	2.110
Outras Obrig. – Valores a pagar – Del credere	9.011	9.583
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.549	37.272
Receitas	438.830	448.301
Receitas com juros e similares - Empréstimos e recebíveis (Nota 6)	386.314	400.205
Receitas de tarifas e comissões (Nota 7)	46.820	44.878
Outras receitas operacionais (Nota 9)	5.696	3.218
Despesas	794.160	697.779
Despesas com juros e similares - Captação (Nota 6)	739.862	660.642
Outras despesas operacionais (Nota 9)	54.298	37.137

Os saldos mantidos em contas que se referem às transações entre o Bancoob e suas empresas controladas, são eliminados na consolidação das demonstrações financeiras.

A Instituição realiza transações com as partes relacionadas, tais como, aplicações em operações compromissadas, depósitos em conta corrente, remunerados e não remunerados, empréstimos e recebíveis, operações de cartão de crédito e contratos de prestação de serviços.

b. Empresa Controlada em Conjunto (Joint Venture)

Conforme Nota 2, o Bancoob mantém operações junto à Cabal, empresa controlada em conjunto. A seguir são demonstradas tais operações:

	CABAL	
	2013	2012
Passivo	37.382	44.463
Depósitos à vista	3.226	5.727
Depósitos a prazo	34.156	37.012
Outros passivos - Valores a pagar	-	1.724
Despesas (Nota 6 e Nota 9)	24.613	22.519
Despesas com juros - captação	2.356	2.505
Outras despesas operacionais - cartão	22.257	20.014

c. Outras empresas controladas

	Bancoob DTVM		Bancoob FIDC Financeiros		Consórcio Ponta	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativo	-	-	6.871	22.201	-	-
Empréstimos e recebíveis	-	-	6.871	22.201	-	-
Passivo	2.927	3.794	6.871	22.201	4.875	4.396
Depósitos à vista	18	24	-	-	4	31
Depósitos a prazo	2.909	3.770	-	-	4.871	4.365
Valores a pagar de Inst. Financ.	-	-	6.871	22.201	-	-
Despesas	252	310	-	-	401	267
Despesas de juros - captação	252	310	-	-	401	267
Outras Desp. Oper. - cartão	-	-	-	-	-	-

d. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Abaixo estão descritas as despesas com remunerações e demais benefícios relacionados ao Pessoal-Chave da Administração do Bancoob e empresas controladas, e registradas na rubrica de Despesas com Pessoal, quais sejam: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva:

	2013	2012
Encargos	1.911	1.761
Honorários	6.244	5.549
Participação nos lucros	122	73
Planos de aposentadoria e pensão	141	122
Seguros	117	157
Total	8.535	7.662

Não é prática adotada pelo Bancoob pagar remuneração variável com base em ações aos seus colaboradores ou aos membros dos conselhos e diretoria.

A Instituição não concede empréstimos aos seus diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria em razão de proibição expressa às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

36. ANÁLISE DO VENCIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS

	31.12.2013					Total
	Sem Vencimento	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	3.767	3.488.013	-	-	-	3.491.780
Depósitos compulsórios no Banco Central	463.436	-	-	-	-	463.436
Ativos disponíveis para venda	35.969	652.168	134.725	2.489.029	1.576.032	4.887.923
Ativos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	85.837	85.837
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	697.048	1.265.046	2.207.433	2.603.631	6.773.158
Empréstimos e recebíveis de instituições financeiras	-	201.850	213.583	1.245.794	-	1.661.227
Subtotal	503.172	5.039.079	1.613.354	5.942.256	4.265.500	17.363.361
Passivos						
Depósitos						
À vista	22.402	-	-	-	-	22.402
De poupança	1.944.587	-	-	-	-	1.944.587
Interfinanceiros	-	1.799.095	1.255.523	3.662.160	1.567.702	8.284.480
Interfinanceiros rurais	-	442.752	444.521	2.412.693	28.253	3.328.219
A prazo	-	12.749	22.015	6.739	27.987	69.490
Outros	-	3.358	909	-	-	4.267
Valores a pagar de instituições financeiras	53.375	104.647	75.060	287.958	925.760	1.446.800
Obrigações por operações compromissadas	-	1.421.987	124.560	184.512	13.233	1.744.292
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-	-	-	-	20.549	20.549
Outras Obrigações	-	634.136	-	6.439	-	640.575
Subtotal	2.020.364	4.418.724	1.922.588	6.560.501	2.583.484	17.505.661
Ativos - Passivos	(1.517.192)	620.355	(309.234)	(618.245)	1.682.016	(142.300)

	31.12.2012					Total
	Sem Vencimento	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	17.119	2.520.496	-	-	-	2.537.615
Depósitos compulsórios no Banco Central	329.018	-	-	-	-	329.018
Ativos disponíveis para venda	55.190	679.725	491.056	1.395.525	2.060.553	4.682.049
Ativos mantidos até o vencimento	-	6	4	1	-	11
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	587.554	833.265	1.809.105	1.942.175	5.172.099
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras	-	600.135	39.410	1.178.542	-	1.818.085
Subtotal	401.327	4.387.916	1.363.735	4.383.173	4.002.728	14.538.877
Passivos						
Depósitos						
À vista	19.243	-	-	-	-	19.243
De poupança	1.481.876	-	-	-	-	1.481.876
Interfinanceiros	-	1.181.549	1.402.602	3.021.723	1.090.606	6.696.480
Interfinanceiros rurais	-	542.690	254.628	1.861.895	-	2.659.213
A prazo	-	13.097	22.305	4.601	30.797	70.800
Outros	-	2.185	755	-	-	2.940
Valores a pagar de instituições financeiras	7.557	163.416	61.349	184.137	685.544	1.102.003
Obrigações por operações compromissadas	-	1.681.210	3.471	235.802	112.155	2.032.638
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-	-	-	-	37.272	37.272
Outras Obrigações	-	233.425	33	7.997	-	241.455
Subtotal	1.508.676	3.817.572	1.745.143	5.316.155	1.956.373	14.343.920
Ativos - Passivos	(1.107.349)	570.344	(381.408)	(932.980)	2.046.355	194.957

37. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão apresentados na demonstração posição financeira consolidada nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo. Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	31.12.2013		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	1.316.170	3.071.512	(1.755.342)

Descrição	31.12.2012		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	1.052.678	2.421.477	(1.368.799)

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Participação nos lucros

O Bancoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No exercício de 2013, foi reconhecido no resultado o valor de R\$ 4.006 (2012 – R\$ 3.390), registrado em Despesas com Pessoal.

d. Alterações na Legislação Tributária

Foi publicada a Medida Provisória nº 627 ("MP 627"), em 11 de novembro de 2013, alterando a Legislação Tributária Federal sobre os tributos: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

A MP 627 dispõe principalmente sobre a revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

A MP ainda não foi convertida em lei e em avaliação preliminar não trouxe impacto relevante para a Instituição.

e. Evento Subsequente

Alinhado ao Planejamento Estratégico do Sicoob (2013 – 2015) que, entre seus objetivos, destaca a criação de soluções para que as cooperativas tenham acesso a um portfólio completo de produtos e serviços e visando o pleno atendimento às necessidades de seus associados, em 08/01/2014, o Conselho de Administração do Bancoob aprovou a assinatura de um acordo operacional entre o Bancoob e a First Data do Brasil Soluções de Pagamento Ltda., empresa pertencente ao grupo da First Data Corporation, líder global em soluções de processamento de pagamentos e comércio eletrônico, para atuação conjunta no mercado brasileiro de adquirência.

A nova operação deve iniciar suas atividades no 1º semestre de 2014 ofertando para lojistas, comerciantes e profissionais liberais uma nova rede de captura de transações financeiras realizadas com cartões de crédito e de débito das principais bandeiras do mercado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Henrique Castilhano Vilares

Presidente

Geraldo Souza Ribeiro Filho

Vice-Presidente

Ivan Capra

Conselheiro

Ivo Azevedo de Brito

Conselheiro

José Salvino de Menezes

Conselheiro

Luiz Gonzaga Viana Lage

Conselheiro

Manoel Messias da Silva

Conselheiro

Miguel Ferreira de Oliveira

Conselheiro

Rui Schneider da Silva

Conselheiro

DIRETORIA

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu

Diretor-Presidente

Ênio Meinen

Diretor

Marcus Guilherme Andrade de Freitas

Diretor

Rubens Rodrigues Filho

Diretor

CONTADOR

Primo João Cracco

CRC-SP 149.703/O - S – DF

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações financeiras e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM e Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado Financeiro são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras (IFRS), gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivos e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.

5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações financeiras (IFRS) do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado Financeiro. Cabe à Auditoria Independente:

a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS); e

b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos no contexto dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares: a) promoveu, no exercício de 2013, 13 reuniões;

b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de

riscos e controles internos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;

c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações financeiras (IFRS), avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas (IFRS);

d) promoveu reuniões com a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;

e) acompanhou e avaliou os trabalhos de Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de liquidez e de crédito; prevenção à lavagem de dinheiro e gestão de continuidade de negócios;

f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração; e

g) avaliou o grau de aderência das atividades executadas pelo Comitê de Auditoria aos normativos vigentes e identificou oportunidades de melhorias que foram aprovadas pelo Conselho de Administração e implantadas no 2º semestre de 2013.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gestão de riscos no Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.

8. No exercício de 2013, não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.

9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados à gestão de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Bancoob, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Independente

10. Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e a independência da auditoria.

11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS) de 31/12/2013.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Bancoob.

13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e da demonstração da posição financeira consolidada, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas (IFRS).

15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações financeiras consolidadas (IFRS) de 31/12/2013 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Bancoob naquela data, recomendando, assim, a aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 11 de março de 2014.

Rubens Rodrigues Filho

Coordenador

Ênio Meinen

**Marcus Guilherme Andrade
de Freitas**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), referentes ao exercício findo em 31/12/2013, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers –, declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) examinadas.

Brasília – DF, 11 de março de 2014.

Carlos A. de Macedo Chiaraba

Presidente do Conselho

Persio Marco Antonio Davison

Secretário do Conselho

Francisco Greselle

Conselheiro

Siguetoci Matusita

Conselheiro

Vanderval Lima Ferreira

Conselheiro

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A.
– BANCOOB

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB ("BANCOOB" ou "Instituição") que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do BANCOOB é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações

financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB em 31 de dezembro de 2013,

o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Brasília, 11 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" DF

